

Confira!

Agenda de Eventos | página 59

Coluna Sindicatos | página 52



Estatuto da Segurança Privada dá mais um passo rumo à aprovação

página 21

Integração entre
segurança pública e
privada é destaque no
Enesp Sul

página 10

Entrevista: Licínio Nunes,
Coordenador-Geral de
Controle de Serviços e
Produtos da Polícia Federal

página 27

Operação Segurança
Legal IV fecha mais de 100
empresas clandestinas em
todo o País

página 30

*Pioneirismo, credibilidade,
confiança resumem
a Segvap!*



Uma empresa
que **protege**
você e sua
família.

- **Vigilância**
- **Porteiros**
- **Receptionistas**



Ofere soluções
integrada de
segurança
patrimonial.

- **Controles de acesso**
- **Limpeza**
- **Segurança eletrônica**



Que forma
profissionais
em sua própria
academia.

- **Sistemas de alarme (24 horas)**
- **Circuitos fechados de TV**
- **Rondas veiculares permanentes**



Que participa
de **todos os**
momentos
do seu dia!

São Paulo - Sede
Rua São Caetano do Sul, 441 - Jd. Alvorada,
São José dos Campos - SP - CEP 12240-510
Fone: (12) 3932-4811/(12) 3932-4815

Rio de Janeiro - Filial
Rua do Rosário, 1174 - Centro
Resende - RJ - CEP 27520-072
Fone: (24) 3321-2356

Minas Gerais - Filial
Rua Francisco Bicalho, 1.045 - Bairro Padre
Eustáquio - **Belo Horizonte** - MG - CEP 30720-340
Fone: (31) 9.9710-4376/(31) 3785-9998

PODERIA TER SIDO MELHOR

Após os últimos anos de retração econômica, aumento do desemprego e instabilidade em diversas áreas, 2019 pode ter sido o pontapé na reestruturação do Brasil.

A taxa básica de juros atingindo ao menor patamar da história, a aprovação da Reforma da Previdência, considerada pelo Governo a mais importante neste ano, necessária para o ajuste das contas públicas, a criação da Lei da Liberdade Econômica, e outras medidas de incentivo deram um impulso na nossa economia e os sinais de recuperação e crescimento começam a aparecer com boas expectativas para o próximo ano.

No segmento de segurança privada não foi diferente, até porque é comprovado que o segmento cresce diante de uma economia forte e não com o aumento da violência.

No entanto, mesmo diante de notícias alvissareiras nós nos encontramos diante de uma situação, relativamente frustrante. O Senado postergou mais uma vez a votação do Estatuto da Segurança Privada, enviado àquela Casa no final de 2016, logo após a aprovação na Câmara dos Deputados.

O texto, que chegou a tramitar em regime de urgência na legislatura passada, voltou para a Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) do Senado. Lá, diversas audiências públicas foram realizadas e todas as dúvidas dos parlamentares, dirimidas. Mas como relator da proposta no colegiado, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou o relatório apenas na última reunião do ano, que aconteceu no dia 17 de dezembro, frustrando toda e qualquer possibilidade de ser votada naquela comissão e no Plenário do Senado ainda nesta legislatura.



Essa demora potencializa problemas e impede o desenvolvimento da atividade. Nos últimos 36 anos, período no qual a Lei N° 7.102/1983, tem sido o principal balizador do segmento, o mundo passou por diversas transformações. Novas tecnologias surgiram e tornaram-se obsoletas em poucos anos. Assim como a necessidade dos contratantes se modificou, mudou também a forma de agir dos criminosos. O combate à criminalidade precisa ser intensificado. O que está em risco são vidas.

Para que as nossas empresas possam acompanhar os novos tempos só existe um caminho: uma legislação mais moderna e atual que virá com a aprovação do Estatuto da Segurança Privada.

Como afirmei em artigo publicado no site do jornal O Estado de São Paulo, esperamos que os senadores entendam o mais rápido possível que, ao não aprovar o Estatuto da Segurança Privada, eles estão sendo coniventes com a prática da segurança clandestina. E, por consequência, incentivando ações inaceitáveis.

A população não pode mais viver com medo de quem deveria protegê-la. Cabe ao Senado mudar isso.

Um abraço!

Jeferson Nazário

Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

José Jacobson Neto

Vice-Presidentes

Alberto Mario Alves Fonseca, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Alex Bortoletti, Alípio José Castelo Branco, Autair Iuga, Dilmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Fernando Luiz Sizenando Silva, Flavio Sandrini Baptista, Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcami, João Eliezer Palhuca, Lauro Santana, Luis Gustavo Silva Barra, Odair de Jesus Conceição, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Percival Aracema, Renato Fortuna Campos, Ricardo Tadeu Corrêa, Ruben Schechter, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero.

Vice-Presidentes Adjuntos

Aldair Neves Pinto Júnior, Amauri de Oliveira Soares, Amílto José do Pilar, Andrea Carla, Ari Favero Dal Bem, Avelino Lombardi, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Domingos Alcantara Gomes, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Gilberto Perera, Jerfferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, José Evaldo Vieira, José Pacheco Ferreira, Joseph Ribamar Madeira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Luis Fernando Azevedo da Silva, Mario Giannini Baptista de Oliveira, Orlando Braga de Almeida, Paulo César Braga Icó da Silva, Sandro Maurício Smaniotto.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Angelo Roberto Jacomini, Carlos Eduardo Lobato Frota, Flavio Sandrini Baptista, Frederico Crim Câmara, Leonardo Ottoni Vieira.

Conselho Fiscal

Denilson Colodetti Pinheiro, Ernani Luiz de Miranda, Halano Soares Cunha, Sandro Ataíde Moura, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, João José Andrade de Almeida.

Delegados Representantes

Jacymar Daffini Dalcami, Jeferson Furlan Nazário, Odair Conceição, Waldemar Pellegrino Junior.

Conselheiros Sesc/Senac

Lélio Vieira Carneiro, Leonardo Ottoni Vieira, Sidney Tinoco, Urubatan Estevam Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lúgia Uchôa

Fotografias

Centro de Documentação - CEDOC | Fenavist

GRÁFICA

Athalaia

TIRAGEM

5.500 exemplares
Distribuição Nacional e Pontos Internacionais

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

- [06](#) Fenavist encerra o ano com reuniões e almoço de confraternização
- [10](#) Integração entre segurança pública e privada é destaque no Enesp Sul
- [16](#) XXXVI Geasseg foi realizado em Santa Catarina
- [19](#) Mediação resolve conflito entre empresa de vigilância e contratante
- [20](#) ISC Brasil 2020: edição especial de 15 anos contará com a presença e o apoio da Fenavist
- [21](#) Estatuto da Segurança Privada dá mais um passo rumo à aprovação
- [27](#) Entrevista: Licínio Nunes - Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal
- [30](#) Operação Segurança Legal IV fecha mais de 100 empresas clandestinas em todo o País
- [31](#) Aprovação de reformas e medidas econômicas dá sinal positivo para empresários
- [34](#) Artigo: O protagonismo do Congresso Nacional no Governo Bolsonaro
- [36](#) Fenavist Negócios: Inovando para desenvolver o segmento
- [37](#) CONTRASP questiona, no STF, Lei do Espírito Santo que permite substituição de vigilantes por policiais da reserva

- [39](#) Informação Segura
- [42](#) Artigo: Constantes e reiteradas mudanças legislativas, inclusive por medidas provisórias. Como fica a segurança jurídica das empresas?
- [44](#) Sindesp-GO e Seac-GO comemoram décadas de lutas e conquistas
- [46](#) Trajetória Segura: Amilto José do Pilar - Presidente SINDESV-MS
- [48](#) Fenavist fecha parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- [50](#) Coluna Fenavist
- [52](#) Coluna Sindicatos
- [54](#) Lista Sindicatos
- [56](#) Segurança inteligente: Gestão de crises e comunicação
- [58](#) Coluna gente
- [59](#) Agenda

Fenavist encerra o ano com reuniões e almoço de confraternização



Durante os eventos, o presidente do Sindesp-PR e o executivo do Sindesp-RJ foram homenageados

No dia 26 de novembro, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) promoveu as últimas reuniões de diretoria do ano. Na sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília, diretores da entidade e presidentes dos sindicatos estaduais participaram de uma Assembleia Geral Ordinária (AGO) e de uma Reunião da Diretoria Executiva (RD).

A AGO deu início aos trabalhos. Após ouvirem um resumo da situação financeira da Fenavist, e de posse do balanço da entidade, os participantes aprovaram as contas da Federação. Em seguida, teve início a RD.

O primeiro item da pauta foi o Projeto Fenavist Negócios. A responsável pelo projeto, Emely



Rodrigues, fez uma apresentação das ações desenvolvidas em 2019. Depois, a superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, prestou uma homenagem ao presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR) e diretor da Federação, Alfredo Ibiapina, que encabeçou o trabalho de convencimento dos empresários de todo o

“A Fenavist Negócios tem importância também para a nossa Federação. E nem todos ainda conseguiram dimensionar isso. Como temos pedido, ligado, falado com todos vocês, usem a Fenavist Negócios, porque, além de trazer benefícios empresarialmente falando, ela fortalece a nossa federação”

Brasil durante o ano. “O apoio, a dedicação e o reconhecimento desse diretor foi fundamental para nós”, ressaltou Ana Paula.

Em um breve discurso, Ibiapina agradeceu o reconhecimento e pediu que todos os diretores ajudassem na divulgação do projeto.

“A Fenavist Negócios tem importância também para a nossa Federação. E nem todos ainda conseguiram dimensionar isso. Como temos pedido, ligado, falado com todos vocês, usem a Fenavist Negócios, porque, além de trazer benefícios empresarialmente falando, ela fortalece a nossa federação”, argumentou Alfredo Ibiapina.

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, reforçou o pedido. “Isso acaba ajudando a desonerar tanto os sindicatos, quanto a federação. E, no futuro, desonerar também as empresas que bancam os sindicatos. Então, essa é a nossa meta, e, para que consigamos chegar a esse intento, precisamos do apoio de vocês.”



Discutiu-se também a tramitação do Estatuto da Segurança Privada. A assessora parlamentar da Fenavist, Cléria Santos, explicou que, após a última audiência pública realizada no dia 28 de novembro, havia o compromisso do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator da matéria na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC), de apresentar o parecer. Em seguida, o texto seria colocado em votação. Depois, seria encaminhado ao plenário em regime de urgência.

Entre os assuntos jurídicos, destaque-se a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada (Contrasp), que conta com o apoio da Fenavist, no Supremo Tribunal Federal, contra a Lei Complementar 617/2012, do Espírito Santo, que institui a convocação voluntária de militares da reserva para desempenhar atividades remuneradas de segurança de natureza policial ou militar.

Ao explicar o andamento da ADI, o consultor jurídico da Federação, Juliano Costa Couto, alertou que todos devem ficar atentos, uma vez que outros estados podem copiar a ideia. “O estado de Mato Grosso também já criou uma lei permitindo que policiais militares da reserva atuem como vigilantes. A ratoeira na sala pode não parecer um problema para você, mas é. Fique atento a isso”, afirmou Couto.



A Lei da Liberdade Econômica e o contrato de trabalho verde e amarelo foram outros temas debatidos. O também consultor jurídico da Fenavist, Hélio Gomes, aproveitou para dar um “puxão de orelhas” nos empresários.



“As empresas não têm usado como devem a legislação da Reforma Trabalhista. Poucos fizeram honras ao segundo aniversário dessa proposta, que foi feita integralmente para nós, empresários. Vamos usufruí-la”, afirmou o advogado.

Também foi aberto um espaço durante a reunião para que o responsável pela Feira ISC Brasil, Thiago Pavani, apresentasse as novidades para o pró-

ximo ano. A Fenavist é apoiadora e parceira oficial do evento.

“Este ano nós tivemos 22 empresas, gestores e diretores responsáveis. Para o ano que vem, estou investindo dobrado. Vou levar quarenta diretores de segurança. Este ano movimentamos R\$ 88 milhões comprovados nas rodadas de negócios. Para o ano que vem, estamos investindo em dobro”, relatou Thiago.



Confraternização

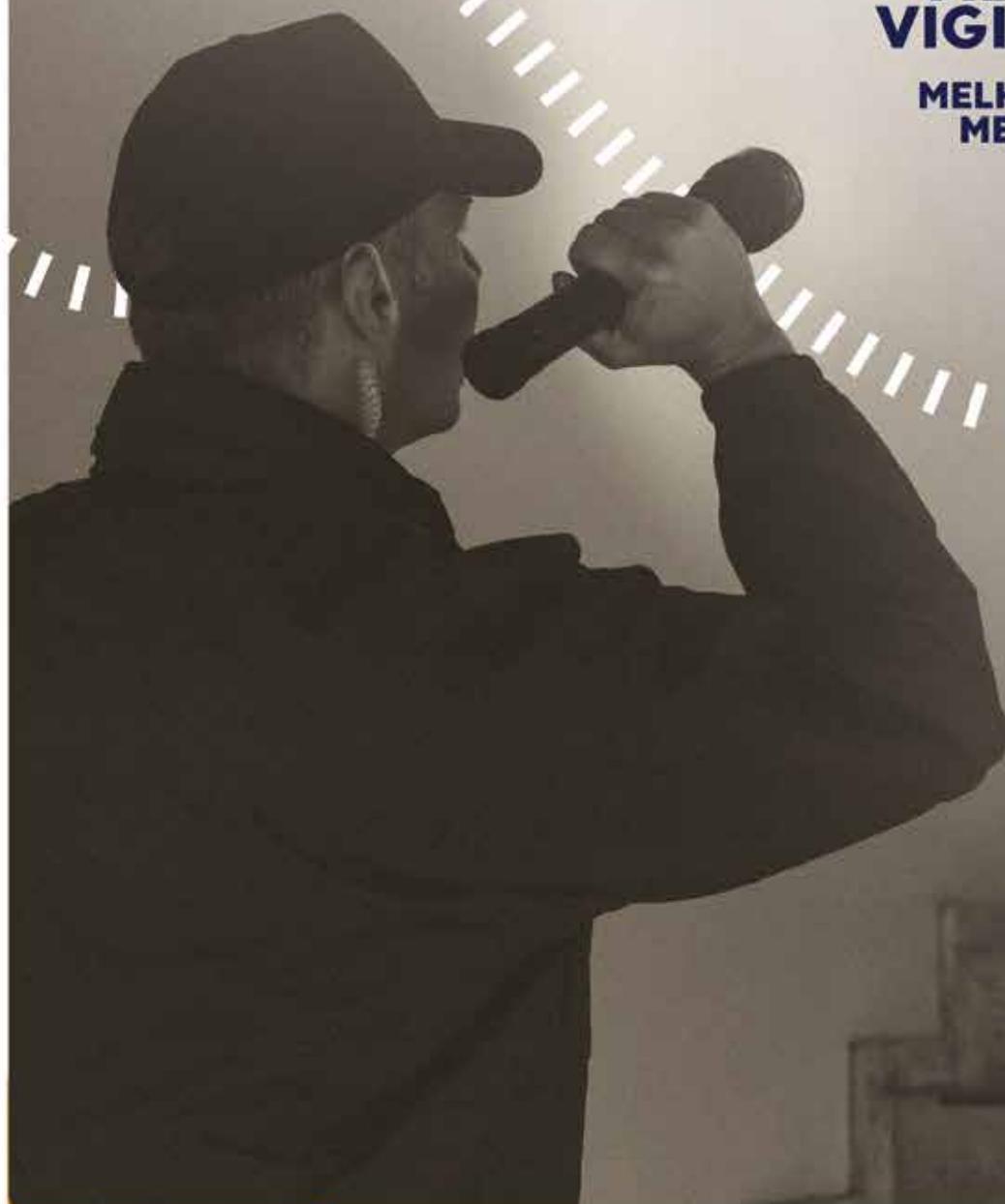
Após as reuniões, os participantes foram convidados para um almoço no restaurante Doma. O clima de alegria e confraternização marcou o encontro. O senador major Olimpio (PSL-SP) participou do evento. Ao dizer algumas palavras, o parlamentar ressaltou a importância do segmento, reafirmou o apoio à segurança privada e disse que continuará a envidar todos os esforços para possibilitar a votação do novo Estatuto.

Durante o almoço, o executivo do Sindicato das Empresas de Segurança do Rio de Janeiro, Mário Martins, recebeu o prêmio Executivo do Ano - José Milton Pimentel. Mário foi o responsável por instalar o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).

“Eu me sinto lisonjeado pelo trabalho em que acreditaram. Fizemos um trabalho muito sério no decorrer do ano, não só com palestras, estudos, como também com o desenvolvimento do grande projeto, o SESMT, no Rio de Janeiro, que vai diminuir de 30% a 40% o valor desse serviço. Não posso deixar de agradecer o presidente do Sindesp-RJ e amigo, Frederico, que sempre me apoiou, agradecer a equipe do sindicato e da Fenavist. É um prêmio muito importante”, afirmou Mário Martins, em depoimento ao canal de Youtube da Fenavist.

SEGURO DE
**VIDA PARA
VIGILANTES**

**MELHOR GESTÃO
MENOR CUSTO**



REPRESENTANTE
EXCLUSIVA

Fenavist
Negócios

ASSOCIADA



VUIT

VUIT.COM.BR
ALAM@VUIT.COM.BR

41 2170 1220
41 98405 1860



Integração entre segurança pública e privada é destaque no Enesp Sul

Evento reuniu empresários de todo o País na cidade gaúcha de Gramado

Após 14 anos, o Encontro das Empresas de Segurança Privada da Região Sul retornou à cidade gaúcha de Gramado. O evento ocorreu entre os dias 23 e 25 de outubro. Durante o período, empresários de todo o país estiveram reunidos para debater o atual contexto econômico do Brasil e difundir tendências de gestão, serviços e benefícios relevantes ao setor.

Organizado pelos sindicatos que representam a segurança privada na Região Sul (Sindesp-RS, Sindesp-PR e Sindesp-SC), em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transportes de Valores (Fenavist), o Enesp Sul

2019 apresentou debates e palestras de grande importância e qualidade.

A manhã do dia 24 marcou a abertura oficial do evento. O auditório do Hotel Laghetto Stilo Borges ficou lotado com lideranças sindicais e empresários de todo o país. A mesa de autoridades foi formada pelos presidentes dos Sindesp da Região Sul: Dilmo Wanderley Berger (Sindesp-SC), Silvio Renato Medeiros Pires (Sindesp-RS) e Alfredo Vieira Ibiapina Neto (Sindesp-PR); pelo presidente da Fenavist, Jeferson Nazário; pelo secretário nacional de Segurança Pública, general Guilherme Theophilo de Oliveira; pelo subsecretário de Segurança

“Propusemos uma mudança de cultura organizacional, com projetos estratégicos, como o prêmio de excelência em segurança pública. A próxima fase será maior integração uma com a segurança privada que irá gerar mais autonomia para as empresas atuarem no país.”

do Estado do Rio Grande do Sul, coronel Marcelo Gomes Frota; pelo presidente da Federação Mundial de Segurança, Jerfferson Simões; e pelo chefe da Delegacia de Controle de Segurança Privada da Polícia Federal, Marcelo Picarelli.

O presidente do Sindesp-PR, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, foi o responsável por dar as boas-vindas aos presentes. “É uma satisfação receber um público tão seleta para discutir o segmento. Os três sindicatos do Sul se uniram para promover um grande evento que ficará marcado na história da Federação. Desejo uma ótima estada em Gramado e um bom dia de trabalho a todos.”

Dilmo Wanderley Berger, presidente do Sindesp-SC, destacou a importância do encontro para o debate sobre o setor de segurança. “É uma satisfação para a Região Sul receber o país nesta semana. Este encontro é muito importante pela grande oportunidade de discutir o setor e dividir experiências de sucesso em cada estado.”

Para o presidente do Sindesp-RS, Silvio Renato Medeiros Pires, a temática segurança deve ser aprofundada em todo o país. “Neste encontro reunimos grandes palestrantes para debater o setor de segurança nacional, tanto público, quanto privado. Precisamos dar mais atenção ao setor privado, com destaque para o Estatuto da Segurança Privada que necessita de uma tramitação mais rápida no Congresso Nacional.”

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, exaltou a necessidade da integração entre as forças de segurança. “A Federação tem trabalhado intensa-



Guilherme Theophilo de Oliveira, secretário nacional de Segurança Pública

mente na união entre segurança pública e privada. O combate à criminalidade é de interesse de toda a sociedade e deve ser trabalhado em conjunto.”

A primeira palestra do dia foi comandada pelo general Guilherme Theophilo de Oliveira, secretário nacional de Segurança Pública, com o tema “Senasp – Uma estratégia de segurança integrada”. O general apresentou o modelo de trabalho implementado em 2019 para impulsionar o setor de segurança nacional. Focado em três eixos: crime organizado, crimes violentos e corrupção, as ações deram resultados imediatos, com a redução expressiva de 22% da média de crimes violentos no país. “Propusemos uma mudança de cultura organizacional, com projetos estratégicos, como o prêmio de excelência em segurança pública. A próxima fase será maior integração uma com a segurança privada que irá gerar mais autonomia para as empresas atuarem no país.”

Uma das ideias será reformular o marco legal da segurança privada para permitir que o setor colabore com a sociedade, como já realizado em países da Europa e América do Norte. “Temos como missão ampliar os postos onde a segurança privada pode atuar, fazendo com que a Polícia Militar foque nas principais urgências do sistema. Também atuaremos intensamente no combate à clandestinidade.” Um projeto-piloto poderá ser implantado em Goiânia ainda em 2019. A Polícia Militar e Polícia Federal irão compor a malha fiscalizadora do projeto.

O subsecretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, coronel Marcelo Gomes Frota, en-



cerrou a manhã com palestra sobre o “RS Seguro”. O programa estruturante da segurança pública foi implantado pelo estado e já apresenta resultados concretos, com a redução da criminalidade. Segundo o palestrante, passou-se a tratar segurança como um fator fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, “temos pesquisas que atestam que a segurança é o item que mais afeta a competitividade das empresas. Comprovamos na prática que, com investimento, a segurança pública avança e o crime retrai, gerando um melhor ambiente de negócios para todos”. Frota também destacou que a união com a segurança privada é um desafio para o estado, que irá trabalhar em três eixos para alcançar o objetivo, “Integração, inteligência e investimento qualificado”.

A integração das seguranças é fundamental para o avanço do segmento e os reflexos serão diretos na sociedade, que terá um país mais seguro, com menores índices de criminalidade. A união entre segurança privada e pública já foi observada em países como Estados Unidos, Chile e Inglaterra, resultando números positivos na redução das taxas de homicídios, entre outros crimes violentos.

A programação do Enesp Sul seguiu de forma intensa na tarde do dia 24 de outubro. A atração principal ficou por conta da palestra com o jornalista e escritor William Waack. O palestrante focou a explanação em uma análise econômica e política do Brasil atual, trazendo uma ampla reflexão sobre os primeiros 10 meses dos governos estaduais e federal eleitos em 2018. Waack também abordou a imagem do Brasil no exterior diante da possível retomada econômica e das ações empre-

endidas pelo governo nos últimos meses.

Inicialmente, o jornalista traçou um histórico do sistema político desde o fim do Regime Militar, até as eleições presidenciais 2018. Segundo Waack, o Brasil passa por uma deterioração do sistema político-partidário, levando a população a um comportamento mais vigilante e presente nas discussões políticas, “é perceptível a vontade do povo em se inteirar politicamente nos últimos anos. A própria vitória eleitoral do presidente Jair Bolsonaro se deu por conta de um atuação populacional que buscou uma alternativa ao modelo anterior. Se o resultado será positivo ou negativo, somente o tempo poderá confirmar”.

Na opinião do jornalista, o presidente precisará se empenhar em trabalhar politicamente pautas fundamentais para o crescimento do país, como a Reforma Tributária, Pacto Federativo e Reforma Administrativa. “Chegou a hora de o governo gastar energia com o que realmente importa. Passamos por uma crise fiscal dramática, para se ter ideia, a cada real que entra nos cofres públicos, R\$ 0,75 já está comprometido com benefícios, isenções ou pensões/aposentadorias, por isso transformar o Brasil é um desafio imediato. Para alcançarmos produtividade e competitividade será necessário desregular, desburocratizar, desestatizar e aprovar novas reformas, além da Reforma da Previdência que já tramita no Congresso Nacional.”

Por fim, o jornalista destacou que o cenário atual é melhor que o vivido há alguns anos, mesmo com um crescimento econômico baixo, “ainda que os dados não apontem uma grande retomada, vemos



aos poucos uma evolução gradual de otimismo na população. Uma das grandes vitórias dos últimos tempos foi o crescimento do interesse pelo debate político, fator fundamental para o crescimento de uma nação. Podemos sim reerguer o Brasil, só depende de nós”. A palestra foi marcada por grande interação entre o público e William Waack, que respondeu às perguntas e debateu ideias com os participantes.

No encerramento do dia, todos os conferencistas receberam premiações de agradecimento pela participação no Enesp Sul, assim como os executivos dos sindicatos responsáveis pela organização do evento. Os presidentes dos sindicatos realizadores voltaram ao palco para as homenagens e discursaram para o público presente. “Esse dia de Enesp Sul foi gratificante para os três sindicatos organizadores. Tivemos lotação máxima do auditório, com mais de 150 pessoas passando por aqui. A presença de todos é a recompensa pelo trabalho árduo de montagem deste encontro”, destacou o presidente do Sindesp-PR, Alfredo Vieira Ibiapina Neto.

“Em nome do Rio Grande do Sul, agradeço todos os participantes por este evento magnífico. Observamos a representatividade deste público, repleto de grandes empresários e líderes sindicais que abriam mão de algumas de suas obrigações rotineiras para estarem conosco nesta data. Não temos dúvidas de que o Enesp Sul já alcançou seu êxito e ficará marcado na história da Federação”, exaltou o presidente do Sindesp-RS, Silvio Renato Medeiros Pires.

O presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger, proferiu o discurso que encerrou o primeiro dia de atividades em Gramado. “Parablenizo os executivos dos sindicatos pela bela organização deste evento. É fundamental termos oportunidades como esta para debater o setor de segurança privada, tão importante na geração de empregos e de grande contribuição econômica para o país. As palestras deste dia nos provocaram importantes reflexões e deixaram uma esperança próspera para o futuro do setor.”





Reuniões Fenavist

A manhã de encerramento dos trabalhos do Enesp Sul 2019 contou com palestra sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a 2ª Assembleia Geral Extraordinária e a 32ª Reunião de Diretoria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Os compromissos da Fenavist foram mediados pelo presidente Jeferson Nazário, tendo como anfitriões os presidentes dos Sindesp's da Região Sul: Dilmo Wanderley Berger (Sindesp-SC), Silvio Renato Medeiros Pires (Sindesp-RS) e Alfredo Vieira Ibiapina Neto (Sindesp-PR). "Estamos muito satisfeitos com o sucesso de mais uma edição do Enesp. Parabenizamos os estados do Sul pela excelente organização. Essa coletividade é fundamental para o crescimento da atividade", destacou Nazário.

Em pauta estiveram discussões de grande importância para o setor de segurança privada como os andamentos de projetos em debate no Congresso Nacional, avaliações sobre os trabalhos das comissões internas da Fenavist e a apresentação de parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O Fórum produz o Anuário da Segurança, publicação que registra dados da segurança pública. A ideia da Fenavist é fazer parte do anuário, ampliando a visibilidade dos dados atualizados do setor de segurança privada. A publicação será um dos pilares da integração crescente entre segurança privada e pública no país.

Uma das ações de grande importância realizadas pela Fenavist é o acompanhamento das pautas de interesse do setor no Congresso Nacional. A equipe de consultoria parlamentar detalhou o andamento dos principais projetos de interesse das empresas de segurança que tramitam em Brasília. Foram discutidos durante a reunião: PL 7042/17 – Piso Salarial de Vigilantes (Câmara dos Deputados); PEC 45/19 – Reforma Tributária (Câmara dos Deputados); Estatuto da Segurança Privada (Senado Federal); PEC 110/19 – Reforma Tributária; PLS 163/95 – Altera a Lei de Licitações; PLS 230/16 – Institui o Piso Salarial de Vigilantes; e Medida

Provisória 899/19 – REFIS para as empresas (Congresso Nacional).

Três comissões internas da Fenavist promoveram relatos sobre o status do trabalho desenvolvido e as ações concluídas. Os trabalhos das Comissões de Convenções Coletivas, Comissão Tributária e Segurança Pública (SENASP e PRF) foram debatidos pela plenária que apontou os próximos passos a serem empreendidos em prol dos sindicatos e empresas filiadas. Por fim, foi abordado o sucesso da Missão Empresarial de Chicago 2019 durante a Feira Global Security Exchange e a proposta da próxima missão a ser organizada pela Fenavist, que será realizada entre os dias 23 e 29 de fevereiro de 2020, em Portugal e na Espanha, para participação no 22º Salão Internacional de Segurança.

LGPD

Antecedendo as reuniões da Fenavist, foi proferida palestra sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com a advogada Gabriela Glitz. A abordagem se deu desde o contexto histórico que resultou na aprovação da lei no Congresso Nacional, até os desafios de implementar essa nova dinâmica nas empresas no prazo restante de menos de um ano. “Vivemos em uma sociedade em rede e a lei nada mais é do que um conjunto de normas para a gestão dos dados. O texto foi aprovado para proteger esses dados e, consequentemente, preservar a privacidade das pessoas. A LGPD é uma lei que exigirá bastante controle e o setor de segurança será um dos mais impactados na prática”, destacou a palestrante.

Durante a noite, o restaurante Rasen Platz, no centro de Gramado, foi o local escolhido para o jantar de confraternização que marcou o encerramento das atividades do Enesp.





XXXVI GEASSEG FOI REALIZADO EM SANTA CATARINA

Executivos dos sindicatos de segurança privado e asseio se reuniram em Florianópolis para discutir problemas e soluções que impactam as duas atividades

A cidade de Florianópolis recebeu, entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro, o XXXVI Encontro dos Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (Geasseg). O encontro foi organizado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e pela Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), e realizado pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada de SC (Sindesp-SC) e Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados de Santa Catarina (SEAC-SC). A abertura oficial ocorreu no dia 31 de outubro, no Sesc Cacupé.

O presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger, realizou o discurso de boas-vindas aos executivos de todo o país. “É uma honra para Florianópolis receber um encontro dessa magnitude. São em reuniões como o Geasseg que en-



contramos soluções para os problemas rotineiros nos sindicatos estaduais. Essa integração entre os sindicatos é muito importante para debater os desafios comuns a todos e apontar novos caminhos para o setor de serviços no país”, afirmou.

Avelino Lombardi, presidente do SEAC-SC, também discursou. “Trabalhar em conjunto é a grande sabedoria para alcançar melhores resultados. Estamos a cada dia construindo um setor que muito nos orgulha. Santa Catarina recebe de braços abertos esta edição do Geasseg. Vamos trabalhar juntos!”

O encontro reuniu os executivos dos sindicatos estaduais filiados às duas Federações, com o objetivo de promover a interação e troca de informações inerentes aos segmentos. “Passamos por um momento de grandes mudanças no setor de serviços. O executivo atual precisa ser cada vez mais empreendedor em defesa das atividades. Trocas de experiências são fundamentais para pensar o setor e acompanhar essas transformações”, destacou o presidente da Febrac, Renato Fortuna Campos.

O diretor de Assuntos Financeiros da Fenavist, Urubatan Romero, representou o presidente Jefferson Nazário na abertura oficial. “A participação dos executivos é extremamente importante para o futuro da Federação. São eles que trabalham intensamente pela continuidade dos sindicatos e do

“Trabalhar em conjunto é a grande sabedoria para alcançar melhores resultados. Estamos a cada dia construindo um setor que muito nos orgulha. Santa Catarina recebe de braços abertos esta edição do Geasseg. Vamos trabalhar juntos!”

setor em geral, afinal, os presidentes passam, mas o executivo fica.”



Durante o primeiro dia de Geasseg, o foco ficou por conta da revisão do Manual do Executivo e dos Canva’s Segmentados. Os participantes debateram um plano de ação para os próximos anos e as principais ferramentas a serem utilizadas para alcançar os objetivos propostos. Também houve dinâmicas de grupo para maior integração e lições sobre a importância do trabalho em conjunto.

“Temos grandes desafios nos próximos anos e essa troca de informações intensa durante o Geasseg é um grande passo para alcançarmos o sucesso em nossos sindicatos. O primeiro dia já foi de grande aprendizado. Não temos dúvida de que será um grande evento”, afirmou o executivo do SEAC/Sindesp-SC, Evandro Fortunato Linhares.



O dia 1º de novembro foi marcado pelo encerramento dos trabalhos. O grande destaque ficou por conta da apresentação do caso “Instituto Catarinense de Educação Profissional”. O presidente do ICAEPS e executivo do SEAC/Sindesp-SC, Evandro Fortunato Linhares, apresentou o Instituto, sem fins lucrativos, fundado em 2013 pelos sindicatos patronais pela Federação dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Prestadoras de Serviços, Asseio e Conservação e de Transporte de Valores de Santa Catarina (Fevasc), tendo como finalidade qualificar e formar mão de obra no segmento de prestação de serviços, por meio de cursos, palestras, seminários, publicações, entre outros.

“Em parceria com o Instituto estamos promovendo cursos e palestras sobre novas tecnologias e perspectivas de mercado na área da segurança privada. Em breve lançaremos um grande estudo sobre o setor, com autoria do consultor Joneval de Almeida, que irá destacar o histórico da segurança no país, nichos de mercado a serem explorados e as principais inovações do ramo”, exaltou o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger.

Evandro Linhares destacou os principais projetos desenvolvidos pelo ICAEPS como Jovem Profissional (capacita estudantes para inserção no mundo do trabalho), CEJA (conclusão dos estudos de jovens e adultos), além de publicações de livros e cursos (EAD e presenciais) com temáticas nas áreas de asseio, conservação e segurança privada.

Durante o dia, os participantes também interagiram com a dinâmica “Bootcamp – desenvolvimento de habilidades – Aprender fazendo”. O momento de descontração e aprendizado foi fundamental para integrar os executivos e motivá-los a trabalhar em conjunto, buscando soluções comuns a todos os sindicatos. Antes do encerramento oficial, definiu-se o local do próximo encontro, o estado da Bahia, escolhido por unanimidade para receber os executivos no primeiro semestre de 2020.

“Estamos muito satisfeitos pelos resultados desse encontro, foi um Geasseg diferente. A intensa participação dos presentes e as trocas de ideias enriquecerem muito o debate sobre o futuro do setor. Nossa principal constatação está na importância do trabalho em equipe. Somente com a união dos estados, poderemos ter federações mais fortes e preparadas para lutar pela atividade no Brasil”, finalizou o executivo anfitrião do evento, Evandro Fortunato Linhares.

“As empresas e os sindicatos são feitos de pessoas, juntos podemos construir e fortalecer o setor. Entre nossas prioridades estão a qualificação cada vez maior da mão de obra e a luta por um melhor ambiente de negócios. Santa Catarina teve a honra de receber esse Geasseg que ficará marcado na história das Federações pela qualidade dos debates propostos e a ampla participação dos estados”, avaliou o presidente do SEAC-SC, Avelino Lombardi.

MEDIAÇÃO RESOLVE CONFLITO ENTRE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E CONTRATANTE

Os processos de contratação de serviços por parte de agentes públicos eventualmente provocam problemas para as empresas contratadas efetuarem seu recebimento por serviços prestados. Quase todos os contratos com a esfera pública são marcados por questões de relacionamento com atrasos de pagamento para as empresas, o que provoca transtornos para os empreendimentos, trabalhadores e para a economia. Com o objetivo de resolver o problema vivido pela NC Vigilância, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Sergipe (Sindesp-SE) utilizou de uma ferramenta legal de alta efetividade para resolver o conflito, o processo de mediação.

A empresa buscou o entendimento com a Secretaria de Estado da Educação, para o recebimento de sete meses de faturas de prestação de serviços atrasadas, com cifra superior a R\$ 4 milhões em débitos contratuais. Ressalta-se que nesse período superior a 210 dias, não houve atraso salarial, nem do pagamento de obrigações e direitos dos trabalhadores prestadores do serviço de vigilância.

A discussão mediadora foi feita no Ministério Público do Trabalho, para facilitar o interesse da empresa em não invocar o cancelamento do contrato vigente e evitar ação judicial contra o Governo de Sergipe, para receber o pagamento. A boa-fé da empresa em seguir com o serviço de vigilância escolar ativo ficou comprovada na mediação, destacada pelo procurador do trabalho responsável pela negociação. Com isso, a contratante assumiu a responsabilidade pela pendência e efetuou o pagamento, zerando as pendências com a NC Vi-



gilância, que segue prestando os serviços normalmente para o estado.

O processo de mediação foi apresentado na Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) como um exemplo de sucesso negocial, por meio do instrumento mediador de solução de conflitos. Segundo o presidente do Sindesp-SE, Sandro Moura, buscar resolver os problemas sem a necessidade de uso das vias processuais é importante para a boa relação entre as partes dos contratos, garantindo a continuidade da prestação de serviços.

“A mediação foi um mecanismo que levou facilidade para resolver o problema de atraso de pagamento entre a Secretaria de Educação e a empresa, o que prova que nem sempre é necessário levar à Justiça todos os contratos pendentes. Mediar é o futuro das relações contratuais, dando às partes a possibilidade de resolver o problema de modo eficiente e eficaz, o que nos permite ter as pendências cumpridas e promover a continuidade dos serviços”, afirmou.



ISC BRASIL 2020: EDIÇÃO ESPECIAL DE 15 ANOS CONTARÁ COM A PRESENÇA E O APOIO DA FENAVIST

Evento ocorrerá entre os dias 30 de junho e 2 de julho, em São Paulo

No último dia 6 de novembro, os principais profissionais das áreas de segurança pública e privada do Brasil estiveram reunidos em São Paulo para o lançamento da ISC Brasil 2020. O evento, que ocorrerá entre os dias 30 de junho e 2 de julho, no Expo Center Norte, na capital paulista, será uma edição especial em comemoração aos 15 anos da ISC no Brasil.

Durante a edição de 2020 da feira, o responsável pela ISC Brasil, Thiago Pavani, apresentou dados que demonstram o potencial do evento. “Será uma edição com conteúdo, experiência, com rodadas de negócios. Nós já estamos com mais de 30 palestrantes confirmados”, afirma Pavani.

Assim como na edição de 2019, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) estarão presentes ao evento. As duas entidades, parceiras oficiais da Reed Exhibitions, organizadora da feira, vão repetir a tabelinha em um estande localizado em um ponto estratégico da ISC. Novamente, o local será o ponto de encontro da segurança privada na feira.

A superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, participou da cerimônia de lançamento. A gestora da entidade reafirmou a importância da parceria da Federação com a ISC Brasil.

“Ao longo dos 30 anos de história da Fenavist, a entidade participou como apoiadora ou expositora em diversos eventos e feiras. Mas, sempre ficava a sensação de que o segmento de segurança privada não estava devidamente representado. Não tinha a nossa casa. Mas, este ano, justamente quando a entidade completou 30 anos de existência, encontramos o aconchego de um evento que realmente quer contribuir para o desenvolvimento da atividade”, explica Queiroga.

A executiva ainda aponta outros diferenciais da ISC. “Como em qualquer evento voltado para empresá-

rios, o foco é a realização de negócios. Mas a ISC não se preocupa apenas com o quanto de dinheiro a feira movimentou em negócios. Há uma preocupação com o futuro da segurança, pública ou privada. Por isso, o espaço dedicado a palestras, apresentações e debates é grandioso”, destaca Ana Paula Queiroga.

Edição de 2018

A 14ª ISC Brasil (Feira e Conferência Internacional de Segurança) contou com um crescimento de 31% no tamanho e volume em relação ao ano anterior, com mais de 200 marcas presentes, das quais 71 novas empresas. A feira possibilitou parcerias para novos projetos, que movimentaram mais de R\$ 800 milhões, com mais de R\$ 92 milhões somente nas rodadas de negócios.

Cerca de 18 mil pessoas tiveram acesso às novidades de soluções integradas e inteligentes de segurança para usuários finais e gestores de segurança de 16 setores da economia com necessidades em segurança eletrônica, privada, patrimonial, digital e segurança pública.

Um dos diferenciais da ISC Brasil foi a qualificação do público, que contou com a presença de usuários finais corporativos, integradores, distribuidores, gestores de segurança, diretores de segurança da informação (CIOs), líderes do governo, secretários de segurança das cidades e municípios, comandantes gerais das polícias, proporcionando às empresas do setor oportunidades para se conectarem em um ambiente propício ao networking e aos negócios.

Expositores

A ISC Brasil oferece oportunidades e todo o suporte necessário para que as empresas parceiras alcancem seus objetivos, ao, exporem em um evento projetado para que expandam sua marca ou negócio no mercado brasileiro de segurança.

Para obter mais informações sobre o modo de ser um expositor, acesse: <https://www.iscbrasil.com.br/pt-br/expor/contato-comercial.html>.



Fotos: Edilson Rodrigues / Agência Senado

Estatuto da Segurança Privada dá mais um passo rumo à aprovação

Relator da proposta na CTFC do Senado apresenta parecer favorável a proposta. Votação no colegiado, no entanto, fica para 2020

Na manhã do dia 17 de dezembro, o relator do Estatuto da Segurança Privada na Comissão de Transparência do Senado Federal (CTFC), senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentou o seu parecer ao projeto aprovado na Câmara em 2016. Com quórum alto na Comissão, com 14 Senadores presentes, de um total de 17 membros, foi solicitada (a) vista coletiva do relatório. Por ser regimental, o pedido foi concedido pelo presidente do colegiado, senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL). Assim, a apreciação ficou para o início do mês de fevereiro, quando serão retomados os trabalhos naquele colegiado. Após a votação na

CTFC, poderá ser requerida a urgência para o Plenário do Senado.

No parecer, Randolfe Rodrigues foi enfático ao defender a aprovação do Estatuto. “O substitutivo, operacionalizado pela junção dos projetos que tratavam da temática na Câmara dos Deputados, acaba por modernizar e substituir adequadamente a legislação pré-constitucional estabelecida pela Lei nº 7.102 de 1983, proporcionando um Estatuto de Segurança Privada compatível com as demandas atuais da sociedade e estabelecendo meios efetivos de controle sobre o leque de atividades no âmbito da segurança privada. Conforme estudo da Consultoria Legislativa deste Senado, de lavra do consultor Tiago Odon, verifica-se que cada brasileiro paga, em média, 70 reais por mês para o governo pelos serviços de polícia, justiça e prisões, sem ganhos na diminuição da percepção de insegurança. Uma legislação que garanta segurança jurídica e inovação no tratamento da segurança privada certamente refletirá de forma positiva quanto à percepção da segurança de modo geral.”

O relator da proposta também enalteceu o segmento. “Cleber Lopes, ao citar estudo de Florquin de 2011, diz que em 31 dos 70 países para os quais o autor encontrou dados disponíveis, o setor de segurança privada empregava mais pessoas do que as forças policiais. Em termos absolutos, a soma do número de profissionais de segurança privada, nesses 70 países, era quase duas vezes maior do que a soma do número de policiais. Trata-se, portanto, de setor de grande importância para a economia e com potencial de melhorar a perspectiva da segurança de forma geral.”

O parlamentar ainda destacou os benefícios para a economia e o combate à clandestinidade com a aprovação da matéria. “Servirá para impulsionar

as empresas de segurança a atuarem conforme as regras impostas na legislação e possibilitar que a Polícia Federal possa coibir diversas atividades que, atualmente, se desenvolvem na clandestinidade. Essa ausência de previsão legal para que a Polícia Federal coíba as atividades dessas empresas foi apontada pelo representante da Polícia Federal como um dos problemas da legislação em vigor.”

Randolfe Rodrigues recebeu o apoio de outros parlamentares. O senador Paulo Rocha (PT-PA) destacou o trabalho conjunto entre todos os



Senador Randolfe Rodrigues, relator do Estatuto da Segurança Privada na CFTC.

atores do segmento na formulação da proposta. “Foi discutida com o setor, não só com os vigilantes, mas também com os empresários da área a necessidade de ter uma legislação tão profunda como essa, porque todo mundo sabe que há uma interface com a segurança pública, com a segurança dos bancos, de patrimônio, de cidadãos. Então, é fundamental que a gente possa continuar a discussão, em uma situação meio contraditória, porque eu era um dos que brigava para esse projeto já estar aqui há muito tempo, inclusive. Oxalá a gente pudesse, senador Randolfe, aprová-lo hoje.”

“É necessário organizar o mercado para que os grandes não engulam os pequenos. Modificamos a ordem jurídica para manter o sistema econômico ileso. Pode ser que no futuro se altere a concentração bancária e reveja-se a situação, mas hoje me parece imprudente”

O senador major Olímpio (PSL-SP) foi duro ao cobrar que a votação da matéria seja concluída no início de fevereiro, quando os trabalhos do Legislativo serão retomados. “Em relação a este projeto, nós estamos devendo isso ao país. Eu penso que deveríamos firmar um compromisso, pedimos vista agora para votar este projeto já no primeiro mês do retorno dos trabalhos. Carece, por todos os aspectos, nós disciplinarmos esse Estatuto da Segurança Privada. Após seis meses de colocado como lei, teremos pelo menos mais 150 mil empregos novos na segurança privada. Só lembro aos senadores que isso foi um compromisso do Governo brasileiro e do Congresso, termos um estatuto para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíada de 2016. De lá para cá, a gente vem literalmente postergando isso por uma série de razões. Estamos terminando o terceiro ano em que esse projeto está aqui no Senado.”

Questionamento

Consenso entre empresários, trabalhadores, e defendido pelo órgão fiscalizador, a Polícia Federal, o Senado se atém a um dispositivo do projeto, entre mais de setenta artigos, que trata da questão não participação dos Bancos no capital das empresas de segurança privada.

A regra é alvo de questionamento da empresa formada pelas cinco principais instituições financeiras do País, que tem atuado para tentar alterar a matéria. Essa atitude tem impedido a aprovação da nova lei, tão necessária para a atualização e

modernização da lei que hoje regula a atividade, Lei nº 7.102/83, em vigor há 36 anos.

Nos últimos três anos de tramitação no Senado, foram realizadas várias audiências públicas, em Comissões do Senado, com amplas discussões com os atores interessados, e todos foram unânimes em reconhecer a necessidade e premência da nova legislação.

Diante desse impasse, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), bem como os representantes dos trabalhadores, tem defendido reiteradas vezes que o texto seja liberado para análise e votação no Plenário.

Para dois professores ouvidos pela CTFC, a medida não fere princípios de liberdade econômica. Fernando Facury Scaff, professor de direito da Universidade de São Paulo (USP), disse que a regra da livre concorrência na Constituição é fundada na isonomia, o que permite a intervenção do Estado para garantir mercados dinâmicos.

“É necessário organizar o mercado para que os grandes não engulam os pequenos. Modificamos a ordem jurídica para manter o sistema econômico ileso. Pode ser que no futuro se altere a concentração bancária e reveja-se a situação, mas hoje me parece imprudente”, argumentou Scaff.

Arthur Barrionuevo, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), concordou que proibir a verticalização é um caminho correto para assegurar que o setor financeiro esteja sempre aberto para entrantes novos e pequenos, como as fintechs.

“Os cinco maiores bancos detêm mais de 80% dos ativos, depósitos, crédito. O projeto pretende evitar que um concorrente ligado às instituições possa ter essa posição de força”, explicou o professor.

Tramitação

O Estatuto da Segurança Privada tramita há praticamente uma década no Congresso Nacional. O texto reuniu dezenas de projetos de Lei que tramitavam na Câmara e no Senado e que tratavam do tema. Aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados no final de 2016, a matéria retornou ao Senado para a última apreciação, antes de seguir para sanção presidencial.

A demora na aprovação da nova lei tem causado muitas dificuldades para o setor, pois impede a recuperação dos mais de 100 mil postos de trabalho perdidos desde 2014 e a geração de novos empregos, com a consequente retomada do crescimento econômico. Além disso, obriga que as empresas de segurança protejam a população diante de situações do século XXI com um regramento do século passado. Isso é um convite para os criminosos se aproveitarem das brechas na lei, como é o caso do crescimento das empresas clandestinas de segurança privada, que, por falta de regramento na lei, não são criminalizadas nem os responsáveis punidos.

Recentemente, os episódios registrados em um supermercado na cidade de São Paulo, que teve vídeos com a ação de seguranças torturando pessoas, incluindo uma criança (alvo de tortura psicológica), acusados de supostos roubos divulgados, evidenciam um dos principais problemas da atividade: a segurança clandestina.

A empresa responsável pela segurança do supermercado não possui autorização da Polícia Federal, portanto, não poderia exercer a atividade. Os

“Os parlamentares precisam ter em mente que eles também são responsáveis pelas pessoas que ficaram desempregadas, pela queda de arrecadação e pelas vítimas de segurança privada clandestina”.

funcionários que aparecem no vídeo não podem ser chamados de vigilantes, já que a forma de atuação não reflete o treinamento e as condutas ensinadas pelos cursos de formação, que também são fiscalizados e dependem da aprovação da PF.

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário explica que essa barbárie poderia ter sido evitada. “A Lei nº 7.102, de 1983, está defasada. As punições para quem oferece ou contrata serviços clandestinos são brandas. A fiscalização por parte da Polícia Federal também é limitada.”

“Os parlamentares precisam ter em mente que eles também são responsáveis pelas pessoas que ficaram desempregadas, pela queda de arrecadação e pelo cidadão vítima de segurança privada clandestina. Que os senadores entendam o mais rápido possível que, ao não aprovarem o Estatuto da Segurança Privada, eles estão sendo coniventes com a prática da segurança clandestina, e, por consequência, incentivando a prática de ações inaceitáveis. A população não pode mais viver com medo de quem deveria protegê-la. Cabe ao Senado mudar isso”, afirma Jeferson Nazário.

O que diz o Estatuto?

A proposta tem por objetivo atualizar e modernizar a Lei nº 7.102/83, que há 36 anos regulamenta o setor da segurança privada no Brasil. A nova lei trará inovações importantes para esse setor que é complementar ao da segurança pública. Estabelecerá um regime jurídico mais seguro para as empresas formais autorizadas a funcionar pela Polícia Federal. O texto criminaliza e pune com maior rigor a prestação de serviço de segurança privada clandestina.

Outra inovação importante é a regulamentação do setor da segurança eletrônica, que hoje está à margem de uma legislação federal específica, o que permite que empresas explorem o mercado sem nenhum controle. A nova lei passa a considerar a segurança eletrônica atividade da segurança privada, autorizada e fiscalizada pela Polícia Federal.

O Estatuto da Segurança Privada aumenta a pena para crimes de roubo, furto e dano a carros-fortes e a empresas de segurança privada especializadas em transporte de valores. A pena será aumentada também nos casos de crimes cometidos contra os vigilantes privados.

A lei ainda trata do funcionamento das escolas de formação de vigilantes; do uso de produtos controlados de uso restrito, armas de fogo e de menor potencial ofensivo; da prestação do serviço em espaços de uso comum, transportes coletivos, estabelecimentos prisionais, portos e aeroportos, estabelecimentos públicos e privados e áreas públicas; dos requisitos para exercício profissional, bem como direito a seguro de vida, assistência jurídica e piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas.

CRÉDITO CONSIGNADO BIORC.

Há 10 anos atendendo às necessidades do setor de vigilância e segurança. Conhecimento e confiabilidade que trazem benefícios para empresas e colaboradores.

Neste final de ano, conte com a BIORC.

0800 602 33 11 

48 99125 2179 



*O único parceiro indicado
pela Fenavist em
empréstimo consignado.*

 **BIORC**
É dinheiro na conta. Pode contar.



RECUPERAÇÃO ADMINISTRATIVA DO VALE TRANSPORTE E DO VALE REFEIÇÃO

A JP BALABAN & ADVOGADOS recupera os créditos do INSS Patronal *inclusos indevidamente* no desconto dos 6% do salário do empregado destinados ao vale transporte e ao vale refeição.

RECUPERAÇÃO RÁPIDA, SEGURA E EFICAZ.

POR QUE SUA EMPRESA PODE RECUPERAR:

- **DECISÃO DO CARF N. 10580.729056/2010-08** (sessão de 07.03.2018 - texto publicado em agosto de 2019): "entendo, pois, que os valores resultantes dos levantamentos vt e vr devem ser **excluídos** do lançamento por, a despeito do quantum **descontado dos empregados**, se tratarem do vale-transporte, verba de natureza indenizatória consoante súmula carf n. 89, sobre o qual não incide contribuição previdenciária."
- **SÚMULA CARF N. 89:** "Não incide contribuição previdenciária sobre o vale transporte."
- **SOLUÇÃO DE CONSULTA N. 35/2019 COSIT:** "Não incidente Contribuição Previdenciária Patronal sobre o Vale Alimentação, inclusive o Ticket Refeição."

ENTENDA COMO FUNCIONA O CÁLCULO:

Crédito	Cota Patronal + Rat Ajustado	Base de Cálculo	Valor a RECUPERAR
Por UM funcionário	20% + RAT AJUSTADO	R\$60,00	R\$12,00
Projeção para MIL funcionários	20% + RAT AJUSTADO	R\$60.000,00	R\$12.000,00
5 Anos de Recuperação 60 meses	20% + RAT AJUSTADO	R\$3.6000.000,00	Mensal R\$720.000,00

* Mesma sistemática se aplica ao vale Alimentação





ENTREVISTA: LICÍNIO NUNES

Coordenador-Geral de
Controle de Serviços e
Produtos da Polícia Federal

O coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Licínio Nunes, conversou com exclusividade com a Revista Fenavist. Há mais de uma década atuando no controle e fiscalização da segurança privada, Nunes fala com grande conhecimento sobre questões como a clandestinidade, integração entre as seguranças pública e privada, além do futuro do segmento. Confira o bate-papo.

O senhor atua no controle e fiscalização da segurança privada há mais de uma década. Nesse período, acompanhou várias mudanças pelas quais o setor passou. Essa experiência deve ter sido fundamental para que assumisse o cargo de coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos. Quais são os principais objetivos e projetos que o senhor tem à frente da Coordenação-Geral?

Manter a constante melhoria na qualidade do trabalho da Polícia Federal no controle da atividade de segurança privada e das armas de fogo. Temos que tornar cada vez mais eficiente o controle dessa atividade, capacitando o efetivo da Polícia Federal, modernizando os sistemas, uniformizando e simplificando procedimentos, integrando mais as empresas regulares e a PF, com o fim de cumprir as normas e combater a criminalidade.

Assim, é vital permitir que essa atividade econômica se desenvolva com liberdade e responsabilidade, para prestar bons serviços à população, observando a legislação e contribuindo para a segurança pública.

Muitas dessas questões dependem da aprovação de uma legislação mais moderna. Entretanto, podemos destacar ações imediatas e que são essen-

ciais para o desenvolvimento saudável do setor: capacitação adequada e continuada dos profissionais de segurança privada, gestão qualificada e mais profissional das empresas, controle menos burocrático dos órgãos públicos e combate à clandestinidade.

Como mencionado anteriormente, ao longo dos últimos anos, o senhor presenciou diversas mudanças no segmento. Talvez, uma das principais tenha sido a informatização dos processos por meio da Gestão Eletrônica. Como o senhor enxerga esse processo? O GESP alcançou os objetivos esperados?

Considero que o sistema de Gestão Eletrônica da Segurança Privada (GESP) não só alcançou os objetivos previstos à época de sua criação, mas evoluiu para além do inicialmente idealizado. A implantação do GESP foi um marco na evolução do controle dessa atividade no Brasil, quiçá, no mundo. A Polícia Federal, reconhecendo a importância do segmento e a necessidade de um controle moderno, eficiente e desburocratizado, implementou e mantém em atualização constante o GESP, visando acompanhar a modernização da atividade, das empresas e da sociedade.

Ele visa dar simplicidade, transparência, uniformidade, segurança e celeridade ao controle estatal sobre as empresas regulares, que ganham maior liberdade para o desenvolvimento de suas atividades.

A clandestinidade é, sem dúvida alguma, o principal problema enfrentado pelo segmento. Como o senhor enxerga essa questão?

A Coordenação-Geral reconhece o grande problema que é a clandestinidade nessa atividade

e envida esforços no seu combate. Vamos continuar realizando treinamentos e capacitações para o efetivo da Polícia Federal, em todas as regiões do país, visando reforçar o combate à clandestinidade e medidas de conscientização de tomadores de serviço. Também coordenaremos ações nacionais de combate à atividade irregular, como o incremento da Operação Segurança Legal (realizada duas vezes este ano).

A prevenção é excelente medida, por meio da conscientização da sociedade dos riscos de contratação de serviços irregulares, em que a mera busca irresponsável pelo menor preço pode acarretar prejuízos ao contratante, a seus clientes e à comunidade local.

Contudo, a Polícia Federal precisa também de instrumentos robustos para responsabilização administrativa e, em caso graves, criminal, que atinjam o prestador clandestino e o tomador desse tipo de serviço. Esses meios dependem de nova legislação, pois a atual não os estabelece. Precisamos da aprovação do novo Estatuto.

Recentemente foi realizada a IV etapa da Operação Segurança Legal. Como o senhor avalia os resultados? Qual a expectativa para novas ações?

Os resultados são mais significativos a cada nova etapa. A Operação Segurança Legal vem sendo realizada, desde 2017, em âmbito nacional, coordenada pelo órgão central e deflagrada pelas DELESPs e CVs, de forma simultânea.

A Polícia Federal deflagrou em 27/09 a Operação Segurança Legal IV, em que foram empregados mais de 461 policiais federais na operação, tendo sido fiscalizados mais de 383 estabelecimentos. Dessas empresas, 103 prestavam clandestinamente serviços de segurança privada e foram encerradas. Além disso, houve a apreensão de seis armas de fogo, coletes balísticos, munições e outros itens irregulares. Também houve a lavratura de um Termo Circunstanciado de Ocorrência Policial, lavrados 23 autos de infração e 20 autos de arrecadação.

Para o próximo ano vamos aumentar o combate à clandestinidade, com a execução dessa operação

em nível nacional e algumas em âmbito estadual, nas principais regiões.

É consenso entre os atores do segmento de segurança privada que a Lei nº 7.102/1983, que regulamenta a atividade, está defasada. A Polícia Federal, assim como a Fenavist e os representantes dos trabalhadores, tem trabalhado pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada. No entanto, a proposta permaneceu estagnada por mais um ano no Senado. Assim, em 2020, completará 10 anos de tramitação. Como o senhor analisa essa situação? O quanto a aprovação do Estatuto é importante para o desenvolvimento do segmento e para a atuação da PF?

Considero a aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada essencial para desenvolvimento da segurança privada no Brasil. A sociedade evoluiu muito rápido nestas últimas décadas e necessita que os órgãos públicos e as empresas privadas a acompanhem. Esse projeto nasceu do trabalho em conjunto de todos os segmentos do setor: órgãos públicos, trabalhadores e profissionais da área, empresários e instituições financeiras, visando ao final um projeto que atendesse não apenas aos interesses setoriais, mas também ao interesse social.

O Brasil precisa reconhecer novas tecnologias, novas atividades e novas formas de trabalho integrado, permitindo o desenvolvimento saudável das empresas regulares e maior força de combate à clandestinidade. Assim, a Polícia Federal poderá permitir novos serviços e tecnologias para as empresas, regulando novas atividades e profissionais, e combater com instrumentos coercitivos robustos as empresas clandestinas.

Uma legislação atualizada e moderna sempre beneficia a sociedade, pois espelha e regulamenta a realidade social. A segurança pública ganhará importante reforço com maior integração público-privada.

Enfim, toda a sociedade ganhará com essa modernização e incremento de combate à criminalidade.

Como o senhor definiria o atual momento da segurança privada?

A atividade de segurança privada, como atividade econômica, está em um momento difícil, em razão da prolongada estagnação da economia nacional, mas com ares de esperança de uma retomada de crescimento que se inicia no País.

Como atividade de segurança, ela é complementar à segurança pública, e é vital que trabalhem em conjunto, visando atacar esse cenário de criminalidade crescente. Para essa evolução, precisamos do novo Estatuto.

O que o senhor espera para o futuro do segmento?

Com a retomada do crescimento econômico e a modernização permitida pelo novo Estatuto, o segmento poderá crescer, gerando renda, empregos e arrecadação estatal, e evoluir como atividade complementar e essencial à segurança pública e ao combate à criminalidade.

Perante a Polícia Federal, reafirmo que sindicatos, associações, empresários e profissionais da área sempre tiveram e terão acesso e parceria, seja na CGCSP, seja nas Delegacias descentralizadas da PF, representando os interesses do setor e também contribuindo no combate à criminalidade local.

Para isso compete às empresas apresentarem (a) propostas de melhoria das normas e dos processos de controle e fiscalização, (b) denúncias e (c) informações e dados relevantes para o trabalho da PF.

A questão da segurança é sempre apontada pela população como uma das prioridades. Ao mesmo tempo é uma das áreas que recebem mais críticas. Nesse sentido, a integração entre a segurança pública e a privada tem sido apontada como uma das soluções para alterar esse cenário. Como o senhor enxerga essa questão?

A segurança privada, como atividade complementar à segurança pública, é essencial que atue em conjunto, visando ao combate coordenado à criminalidade, por meio de tecnologia e inteligência. Sua atuação ultrapassa os interesses particulares dos contratantes, beneficiando toda a comunidade

de local. A integração e parceria público-privada serão essenciais para o incremento da segurança de toda a sociedade.

Com a aprovação do novo Estatuto, poderemos evoluir com novos modelos de parcerias público-privadas, visando a uma integração maior da segurança pública e privada no combate à delinquência.

Normalmente, o segmento fiscalizado tem muitas restrições à entidade responsável pelo controle e fiscalização. No caso da segurança privada, a situação é bem diferente. As próprias empresas defenderam, lá atrás, que a Polícia Federal passasse a ser a responsável pela atividade. Como o senhor vê a relação entre a PF e os outros atores que compõem a segurança privada?

A Polícia Federal sempre orientou seu controle de polícia administrativa como prestadora de um serviço público que visa regulamentar o segmento. Visamos controlar a atividade, para que as empresas, observando as normas e prestando bons serviços para a sociedade, possam crescer e desenvolver-se economicamente.

Assim, sempre primou por prestar um serviço eficiente e de boa qualidade, buscando constantemente sua melhoria e capacitação de seu efetivo.

A CGCSP e as unidades descentralizadas da PF mantêm-se dispostas e disponíveis para, em parceria com as empresas e profissionais da área, atingir seu maior objetivo: uma melhor prestação de serviço à sociedade e combate à criminalidade.

Para finalizar, qual mensagem o senhor gostaria de deixar para o segmento?

A Polícia Federal quer uma segurança privada de excelente qualidade e que complemente eficazmente a segurança pública. Para tanto, precisamos incrementar o crescimento das empresas regulares, mas que este seja dentro das normas e com bons serviços prestados à população e integrado com a segurança pública, visando ao combate à criminalidade. Nesse diapasão, teremos a parceria de uma Polícia Federal eficiente.



Operação Segurança Legal IV fecha mais de 100 empresas clandestinas em todo o país

Ação da Polícia Federal contou com quase 500 policiais. Quatro pessoas foram presas em flagrante

No final de setembro, 461 policiais federais foram às ruas de todo o país na quarta fase da Operação Segurança Legal. O objetivo da PF, órgão responsável pela fiscalização e controle do segmento de segurança privada, foi coibir o exercício ilegal da atividade de segurança privada, seja por empresas irregulares, seja por pessoas não capacitadas para garantir a segurança nos estabelecimentos comerciais e em locais de acesso público.

Os prestadores de serviços fiscalizados tiveram que comprovar a regularidade, bem como o emprego exclusivo de vigilantes devidamente treinados e capacitados para a atividade. Os números deixam claro que a Polícia Federal atuou de forma pesada para combater as irregularidades que prejudicam as empresas que respeitam e cumprem todas as leis.

Ao todo, foram alvos da operação 383 estabelecimentos, dos quais 103 receberam autos de encerramento. Ou seja, praticamente 27% das empresas fiscalizadas tiveram fechamento por não cumprirem os requisitos legais.

Além disso, houve quatro pessoas presas em flagrante e seis armas apreendidas. A Polícia Federal também aplicou 20 autos de arrecadação.

Dados por região

Na região Sudeste, 93 empresas foram fiscalizadas. Dessas, 33 tiveram as portas fechadas, a maior parte em São Paulo. No estado mais rico do país, dos 50 alvos da operação, 11 tiveram a atividade encerrada. Em Minas Gerais, 55% das 18 empresas fiscalizadas receberam notificação com auto de encerramento. No Espírito Santo, a proporção foi ainda maior, quase 80% dos alvos da operação foram fechados, sete empresas de nove fiscalizadas. Já no Rio de Janeiro, cinco de 16 receberam auto para encerramento.

A região Nordeste foi a segunda com o maior número de encerramento de atividade. De 51 locais fiscalizados, 22 foram fechados.

Na região Norte, 81 empresas estiveram na mira da operação, 19 delas receberam auto de encerramento.

Nos três estados da região Sul, a Polícia Federal fechou 15 empresas. E, no Centro-Oeste, 14. Destaque-se o estado de Goiás, que teve o mesmo número de autos de encerramento que São Paulo, 11.

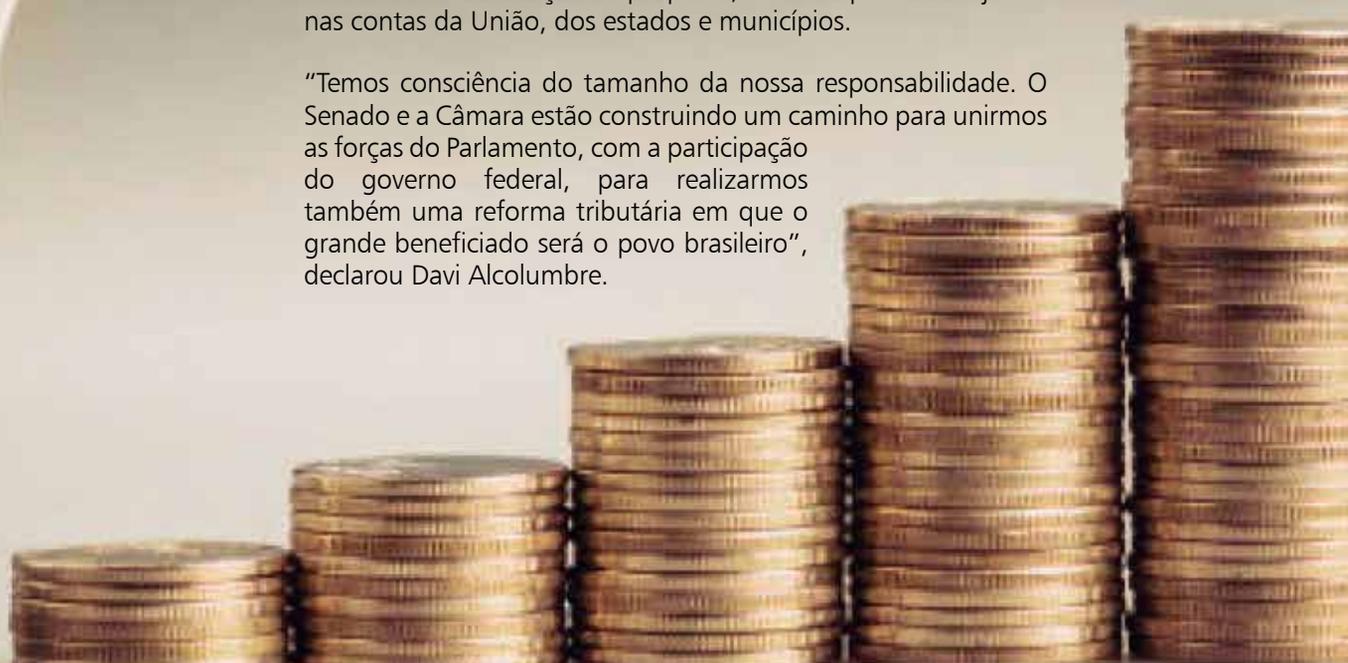
Aprovação de reformas e medidas econômicas dá sinal positivo para empresários

Reforma da Previdência e Lei da Liberdade Econômica estão entre as mudanças aprovadas este ano pelo Congresso Nacional

O dia 12 de novembro de 2019, provavelmente, será lembrado por muito tempo. A data marcou a conclusão da primeira grande vitória do governo Jair Bolsonaro. A promulgação da Emenda Constitucional 103, conhecida como Reforma da Previdência, era a grande meta de Bolsonaro para o primeiro ano de governo e principal aposta da equipe econômica para recolocar o Brasil nos trilhos, com uma economia de mais de R\$ 800 bilhões nos próximos 10 anos. Isso trará um desafogo para as contas públicas, que fecham no vermelho desde 2014. A aprovação da Reforma da Previdência também deve atrair investimentos. A reorganização das contas públicas deu um sinal positivo para investidores brasileiros e internacionais.

O presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre, classificou o dia como histórico e considerou a reforma uma das mais importantes alterações feitas na Carta Magna, em 31 anos de existência. Alcolumbre destacou o esforço coletivo dos parlamentares para aprovação da matéria ainda em 2019 e explicou que o Senado, como Casa da Federação, tinha o dever de acelerar a tramitação da proposta, a fim de promover ajustes nas contas da União, dos estados e municípios.

“Temos consciência do tamanho da nossa responsabilidade. O Senado e a Câmara estão construindo um caminho para unirmos as forças do Parlamento, com a participação do governo federal, para realizarmos também uma reforma tributária em que o grande beneficiado será o povo brasileiro”, declarou Davi Alcolumbre.



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que o Congresso concluiu um ciclo importante a respeito de um tema decisivo para o futuro do país. Ele ponderou que a Emenda Constitucional 103, aliada a outras reformas, como a tributária, reduz desigualdades ao taxar mais quem ganha mais. Maia disse que o Parlamento precisa ter coragem para enfrentar esses temas, porque o país não pode continuar a crescer com base no atendimento a interesses particulares.

“Todos nós precisamos entender que a reforma da Previdência é a primeira de várias neste objetivo. A política é a solução dos nossos problemas, e é aqui, nesta Casa, que nós vamos construir todas as soluções, de forma transparente, com diálogo, mas, acima de tudo, respeitando a nossa Constituição, reformando-a naquilo que podemos reformá-la, respeitando-a e protegendo-a. Este é o nosso papel, se queremos viver numa democracia forte”, afirmou Maia.

Mudanças

A Emenda Constitucional 103 institui novas alíquotas de contribuição para a Previdência, além da exigência de idade mínima para que homens e mulheres se aposentem. As novas regras entram em vigor imediatamente, exceto para alguns pontos específicos, que valerão a partir de 1º de março de 2020. É o caso, por exemplo, das novas alíquotas de contribuição que começarão a ser aplicadas sobre o salário de março, que em geral é pago em abril.

Outras Medidas Econômicas

A Reforma da Previdência não foi a única medida econômica de grande impacto aprovada este ano. No dia 20 de setembro, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. A MP 881/2019, apresentada pelo Governo Federal e aprovada pelo Congresso Nacional, foi convertida na Lei nº 13.874/2019, que busca estimular o empreendedorismo e a geração de empregos em todo o país.

A lei contém quatro eixos: liberdades fundamentais humanitárias, criação de um ambiente de inovação, segurança jurídica para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de normas econômicas para alinhamento mundial.

“A lei protege a livre iniciativa e disciplina o papel do Estado para afastar exigências burocráticas desnecessárias que prejudiquem o desenvolvimento econômico. Entre as medidas previstas, estão a desburocratização e a simplificação de processos para empresas e empreendedores”, explicou o subchefe para Assuntos Jurídicos e ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira.

A Lei nº 13.874/2019 determina que ações do governo que favoreçam indevidamente um determinado grupo econômico, que impeçam a entrada de novos competidores no mercado ou que façam exigências que não sejam tecnicamente fundamentadas agora deverão ser consideradas abuso do poder regulatório.

O texto prevê como direitos do empreendedor o de estabelecer os preços livremente conforme as regras do mercado e o de inovar, operando e comercializando novas modalidades de produtos e serviços. O poder público não poderá exigir nenhum tipo de certidão que não esteja prevista expressamente em lei.

Outra inovação trazida pela lei é a carteira de trabalho digital, que possibilita o registro dos dados dos trabalhadores em sistema informatizado. Todas as pessoas e empresas terão o direito de arquivar documentos por meio digital, e os documentos digitais terão o mesmo valor que os físicos, para todos os efeitos legais.

A Lei ainda simplifica o sistema de controle de ponto dos trabalhadores, dinamizando as relações de trabalho. Desburocratiza também o procedimento de registro de empresas em juntas comerciais, permitindo o registro automático de atos constitutivos independentemente de autorização governamental.

Em relação às licenças, alvarás e quaisquer outras liberações pelo poder público, a lei determina que seja informado um prazo para análise do pedido. Se depois de passado o prazo não houver manifestação, o pedido será considerado aprovado automaticamente.

(Com informações da Agência Senado e Secom/Palácio do Planalto)

Novas regras trabalhistas

Estão em vigor duas novas leis federais, ambas editadas no último dia 20/09/19, que trazem novidades ao dia a dia das empresas.

A primeira Lei é a de nº 13.874, conhecida como da “Liberdade Econômica”, especificamente no âmbito trabalhista, que vem com as seguintes novidades:

CTPS digital, em que o CPF do empregado é a sua identificação. Nela, as “anotações” serão “registros eletrônicos”. Menos burocracia e papéis;

Arquivamento de documentos por “meio digital” com a eficácia equivalente aos físicos. A efetiva aplicação da regra dependerá de “regulamento”.

e-Social será substituído por “sistema simplificado”. Cabe aguardar instruções.

Controle de ponto só para os estabelecimentos com mais de 20 empregados, permitida a “pré-assinalação do período de repouso”.

Está autorizado o “ponto por exceção”, que só registrará os “eventos” acidentais (atípicos) da jornada regular.

Orientações:

- A empresa delibera se quer utilizar, ou não, o “ponto por exceção”;
- A empresa define (setores e os empregados) quem a ele se submeterá;
- A empresa precisará de “acordo individual escrito” com o seu empregado, prevendo o “ponto por exceção”. Logo, a implantação não depende de negociação sindical.

A decisão de adotar o “ponto por exceção” é exclusiva da empresa.

Recomendação:

Considerando que mesmo antes da alteração

da lei, o controle de ponto só exigia das empresas o registro de entrada e saída, porque o intervalo era pré-assinalável, e que prevalece o “negociado sobre o legislado” (art. 611-A, inc. X), a nossa recomendação é que seja inserida uma cláusula na CCT que dê às empresas a plena liberdade de adotarem meios alternativos de controle de jornada (p. ex. a do PR: “Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar”.

A Fenavist sugere a preservação do controle de ponto que, pré-assinalando o intervalo, registre o início e o término da jornada e suas previsíveis oscilações, pois documentos assim, além de permitirem à empresa o conforto da “prova” da jornada em Juízo, são prestigiados pelos juízes e tribunais do Trabalho.

A segurança jurídica é conveniente.

Caberá à empresa deliberar sobre a adoção, ou não, do “ponto por exceção”.

A segunda Lei, de nº 13.876, pretende ampliar a possibilidade de cobrança da “contribuição previdenciária” incidente sobre as sentenças e acordos trabalhistas:

- A boa interpretação dessa Lei deixa claro que continua intacta a possibilidade de acordos judiciais grafados integralmente como indenizatórios;
- Explica-se: acordos judiciais podem inserir verbas não postuladas (de cunho indenizatório) e o autor da ação pode renunciar ao direito em que se funda a ação (de cunho salarial) e, ainda, antes do trânsito em julgado da sentença, dispõem as partes das possibilidades indicadas. Os arts. 515, § 2º e 487, III, “c” do CPC e Súmula 67 da AGU não foram afetados pela Lei em comento.



O protagonismo do Congresso Nacional no Governo Bolsonaro

CLÉRIA SANTOS, Consultora Parlamentar da Fenavist

No início do seu mandato, o presidente Bolsonaro adotou uma nova fórmula em sua relação com o Congresso Nacional. Depois de décadas da necessidade de formação de uma coalizão majoritária, tanto na Câmara como no Senado Federal, em função da alta fragmentação partidária no sistema político brasileiro, o novo Governo inovou ao preterir as indicações político-partidárias para garantir a “governabilidade”.

O presidente Bolsonaro optou por indicar para a formação do alto escalão do seu Governo algumas lideranças, associadas ou não aos partidos políticos. Mesmo com a pressão de aliados no Congresso, ao longo deste ano, que cobram mais espaço para que as siglas contempladas “façam parte” do Governo, até o momento o presidente resiste.

Com o novo estilo de governar, o presidente causou um estremeamento na relação com o Legislativo, que passou a atuar de forma mais independente e autônoma com relação às matérias enviadas pelo Poder Executivo. Nesse contexto, das 37 Medidas Provisórias enviadas ao Congresso, oito caducaram por falta de votação, e uma foi rejeitada ao longo deste ano. Além disso, outras Medidas Provisórias, que exigem maioria simples para sua aprovação, foram totalmente alteradas pelo Congresso Nacional, como é o caso da Lei da Liberdade Econômica, oriunda da MP 881/19. Outras medidas com o objetivo de aquecer a economia, como a MP 889/19,

que previa a movimentação e saque nas contas do PIS e FGTS, o Congresso as aprovou.

O projeto de lei intitulado “Anticrime”, voltado para a segurança pública, apresentado pelo ministro da Justiça e considerado prioritário para o Governo, dividiu a opinião dos parlamentares e, até o momento, não avançou na Câmara.

Apesar da falta de uma articulação política e de uma base parlamentar sólida, paralelamente a Reforma da Previdência, PEC 6/19, considerada pelo Governo a mais importante matéria para o ajuste das contas públicas, avançou e foi aprovada, após quase nove meses em tramitação, capitaneada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia e, posteriormente, pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

O texto da Reforma da Previdência enviado previa uma economia aos cofres públicos da ordem de R\$ 1,2 trilhão nos próximos dez anos e, ao final, com o texto aprovado pelo Congresso, essa previsão caiu para R\$ 800 bilhões. O êxito na aprovação foi muito mais pelo esforço do Congresso do que pelo empenho do próprio Governo.

Para o avanço da agenda econômica, como a Reforma Tributária, ainda não enviada pelo Poder Executivo, será necessário um novo alinhamento na correlação de forças. Era esperado o envio, por parte do Governo, de uma Reforma Tributária ampla, mas,

segundo anúncio recente do secretário da Receita Federal, a reforma será feita por fases.

A primeira seria a unificação do PIS/COFINS, por projeto de lei. As demais propostas serão entregues somente ano que vem, com uma mudança no IPI, a reformulação do Imposto de Renda e a desoneração da folha de salários das empresas. Segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, a proposta de unificação do PIS/COFINS enfrenta forte resistência no Congresso, principalmente do setor de serviços, que será prejudicado com a elevação do imposto.

Nessa seara, Rodrigo Maia defende a aprovação da PEC 45/19, da Câmara, que prevê a fusão de cinco impostos, apresentada em abril deste ano e em tramitação. Por sua vez, o Senado também apresentou, no início de julho, uma Reforma Tributária (PEC 110/19), encabeçada pelo presidente Davi Alcolumbre, que cria o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). A grande dúvida agora é saber qual dessas propostas será priorizada pelo Congresso Nacional em 2020.

Seguindo com a agenda liberal, a equipe econômica do Governo trabalha para pavimentar a recuperação econômica, a mais lenta da história, com medidas de incentivo ao emprego. Apesar de uma leve queda no último trimestre, segundo o IBGE, o índice de desemprego continua praticamente o mesmo do ano anterior, com 12,5 milhões de desempregados no Brasil. Encaminhada ao Congresso em novembro, a MP 905/19 institui uma nova modalidade de contrato de trabalho, denominada "Carteira Verde e Amarelo", com incentivo à criação de novos empregos para jovens entre 18 e 29 anos de idade. A proposta traz ainda inúmeras alterações na legislação trabalhista.

A desoneração da folha de pagamento das empresas se dará a partir da contratação de 20% adicionais nessa modalidade. Apesar de já ter força de lei, a MP será amplamente debatida e deverá sofrer alterações no Congresso.

As expectativas para o segundo ano do Governo Bolsonaro são, sem dúvida, de uma sensível melhora na economia já no início de 2020, mas um crescimento sustentável ainda requer mudanças estruturais no Estado brasileiro.

As expectativas para o segundo ano do Governo Bolsonaro são, sem dúvida, de uma sensível melhora na economia já no início de 2020, mas um crescimento sustentável ainda requer mudanças estruturais no Estado brasileiro. A discussão de uma reforma tributária mais justa, com a simplificação e possível redução da carga tributária que hoje pesa sobre as empresas brasileiras, deverá nortear os rumos do país nos próximos anos. Já há uma previsão de crescimento do PIB brasileiro da ordem 2,5% para 2020, retornando, assim, o otimismo do empresário para garantir novos empregos e, consequentemente, a geração de renda.

Quanto ao setor da segurança privada, que, como outros segmentos da economia, está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico do país, a expectativa é que, ao se confirmar o aquecimento da economia, o setor se desenvolva com a recuperação esperada, com o retorno dos postos de trabalho perdidos com a longa crise e ainda a abertura de novos empregos. Espera-se que o Senado Federal aprove, em última instância, o novo Estatuto da Segurança Privada, que vai modernizar e atualizar a legislação, hoje regulamentada pela Lei nº 7.102/83, há mais de 35 anos em vigor, com objetivo de dar sustentabilidade ao setor. A expectativa com a nova lei é a criação de mais de 100 mil postos de trabalho, essenciais para a recuperação do segmento e para a geração de emprego e renda.



Inovando para desenvolver o segmento

Muito tem se falado sobre o crescente desafio de as entidades sindicais se manterem após as mudanças ocorridas na Reforma Trabalhista, afetando principalmente o desenvolvimento do seu fluxo de trabalho e projetos. E, para atender a esses novos desafios, temos que buscar inovação constante, inovação que não é trazida apenas pelas leis e suas alterações, mas também pela intensa revolução tecnológica que nos obriga a estar sempre em constante abertura e atualização.

Dentro desse contexto, a Fenavist buscou inovar reestruturando a forma de atuar com a criação do Instituto Nacional da Segurança Privada (Inasep) que, por intermédio da Fenavist Negócios, trabalha uma metodologia de parceria, sempre em busca, no mercado, de novidades e reformulações para o setor, assim como de produtos e/ou serviços que atendam da melhor forma às necessidades das entidades sindicais, empresas, empresários e trabalhadores.

Hoje, mais do que nunca se entende que o pressuposto para uma Federação robusta é ter um sindicato e empresas fortes, e trabalhadores bem assistidos. Assim a Fenavist Negócios trabalha para o crescimento e a robustez de todo o setor.

A Fenavist Negócios busca estratégias e parcerias que possam promover o desenvolvimento institucional e econômico da sua empresa!

Esse é um trabalho constante para idealizar, realizar e coordenar projetos que possam criar e implementar mudanças, inovações e melhorias para o setor da Segurança Privada, para que este se torne sustentável e economicamente viável a todos os seus atores.

Para isso, desenvolve parcerias com palestrantes de diversas áreas de interesse que podem transmitir um melhor conhecimento sobre temas relevantes, networking e compartilhamento de experiências.

Busca produtos e serviços de boa qualidade, com as melhores negociações do mercado. Para o ano de 2019 estamos com um portfólio de 15 (quinze) produtos/serviços em diversas áreas de atuação.

E o projeto está em amplo crescimento para novas parcerias.

Este ano, o Fenavist Negócios esteve presente em vários estados, entre eles, Amazonas, Tocantins, São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Acre, Distrito Federal, e queremos ir muito além. Contamos com o apoio de todos os sindicatos na promoção de eventos e palestras que possibilitem a interação entre empresas de segurança e entidades sindicais.

Entre objetivos estão:

- a.** Apresentar novas soluções e oportunidades para o setor;
- b.** Promover mudanças no âmbito social, com acesso à educação e melhoria de qualidade de vida para as pessoas;
- c.** Criar negócios, com garantia para os atores de um retorno do trabalho para a sua concretização, beneficiando toda a cadeia sindical.

Para obter mais informações, entre em contato pelo e-mail: negocios@fenavist.org.br ou pelo telefone 61 3327-5440.



CONTRASP questiona, no STF, Lei do Espírito Santo, que permite substituição de vigilantes por policiais da reserva

Fenavist fez pedido para participar da análise como Amicus Curiae

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Atividade Profissional dos Empregados na Prestação de Serviços de Segurança Privada, de Monitoramento, Ronda Motorizada e de Controle Eletro-Eletrônico e Digital (CONTRASP) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a Lei Complementar 617/2012, do Espírito Santo, que institui a convocação voluntária de militares da reserva para desempenhar atividades remuneradas de segurança de natureza policial ou militar.

A CONTRASP argumenta que a lei estadual trata de normas gerais de convocação e mobilização de policiais militares, o que não é permitido em âmbito estadual. “De acordo com a disciplina do artigo 22, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, apenas a União pode legislar sobre normas gerais que tratam de policiais militares e corpo de bombeiros militares, ou seja, essa competência é privativa, não podendo ser delegada aos demais entes federativos”, explica a Confederação na ADI 6242.

Além disso, sustenta que a contratação de militares reservistas para exercerem atividade de segurança particular, sem a realização de processo de licita-

ção, contraria dispositivo da Constituição Federal e da Lei Federal nº 7.102/1983, que regula os serviços de segurança privada.

“Assim, é importante ressaltar que o Estado brasileiro definiu que a segurança particular dos órgãos públicos, de organizações privadas, bens e pessoas, é considerada segurança privada, segundo o comando da Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983 (...) No que tange ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, para que a Administração Pública possa contratar, em regra, exige-se o devido processo licitatório, salvo os casos previstos em lei, o que de modo algum se aplica às previsões da Lei Complementar Estadual de nº 617 de 2012”, afirma a CONTRASP.

A entidade afirma ainda que a norma contraria o texto constitucional e entendimento do STF ao criar distinção entre os servidores, permitindo o pagamento de uma ajuda de custo mensal que varia de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil reais aos militares convocados, além de privilégios previdenciários e tributários.

A convocação, segundo explica a Confederação, é feita mediante convênios com órgãos públicos, com remuneração pela chamada “ajuda de custo

“A relevância de natureza social, por sua vez, vem do fato de que a convocação de oficiais da reserva remunerada para prestação de serviços de natureza de segurança privada vem retirando vagas de emprego de vigilantes especializados no exercício dessa função, que tiveram de se submeter às rigorosas exigências inerentes à permissão para atuarem na vigilância patrimonial.

mensal”, pagamento de 13º salário, um terço de férias e outros benefícios, sem os respectivos descontos para a Previdência Social e para o imposto de renda.

Outro argumento pelo qual a entidade pede a inconstitucionalidade da lei é a vedação de recebimento de proventos simultâneos de aposentadoria com cargo, emprego ou função pública.

“É clara a vedação da Constituição ao acúmulo de proventos da inatividade com o recebimento de remuneração pelos cofres públicos, seja qual for a sua denominação, ressalvado apenas para cargo em comissão, cuja caracterização é estabelecida pelo texto constitucional para cargos de chefia, assessoramento e técnico, e aqueles em que é permitida a cumulação de cargos”, justifica a CONTRASP.

Fenavist

O relator da ADI 6242 é o ministro Marco Aurélio Mello. Inicialmente, de forma monocrática, ele negou o provimento da ação. No entanto, a própria CONTRASP e a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) recorreram para que a ADI seja julgada.

Além de defender a continuidade do processo, a Fenavist também solicitou para fazer parte da ação como *Amicus Curiae*. No pedido enviado ao Supremo Tribunal Federal, o consultor jurídico da Fena-

vist, Juliano Costa Couto, argumenta que a matéria é relevante para a Federação, que representa as empresas do setor em todo o país.

Ao defender a continuidade do julgamento da ADI, Costa Couto explica que, apesar da Lei Complementar tratar da convocação de oficiais da reserva remunerada para desempenho de atividade de natureza “policial ou militar”, ela vem dando espaço para a utilização desses oficiais na atividade de segurança privada.

“Isso significa que a Lei Complementar em questão vem sendo utilizada para convocar militares da reserva remunerada a exercerem função de natureza de segurança privada, sob um falso manto de natureza de segurança pública, dois conceitos que não se confundem e que somente se misturam como água e óleo”, afirma a petição.

O consultor jurídico da Fenavist também aponta que a Lei Estadual tem impacto direto na economia, além de permitir que os serviços sejam praticados por profissionais que foram preparados para outras funções. “A relevância de natureza social, por sua vez, vem do fato de que a convocação de oficiais da reserva remunerada para prestação de serviços de natureza de segurança privada vem retirando vagas de emprego de vigilantes especializados no exercício dessa função, que tiveram de se submeter às rigorosas exigências inerentes à permissão para atuarem na vigilância patrimonial. É importante destacar que a relevância em questão não deriva somente da restrição de oportunidade de vagas de trabalho para os vigilantes, mas também da ausência de especialização do oficial da reserva remunerada para o exercício da função de vigilância patrimonial, altamente especializada e rigorosamente regulamentada por lei.”

Diante das manifestações da Fenavist e da CONTRASP, o ministro Marco Aurélio Mello abriu prazo para que a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo se manifeste em relação aos argumentos. “Ante a garantia constitucional do contraditório, abro vista às partes agravadas para, querendo, manifestarem-se”, afirmou o ministro no despacho.

(Com Informações da Secom/STF)

Informação Segura



Fenavist ingressa como *amicus curiae* na ADI 6050 que versa sobre a inconstitucionalidade da tarifação do dano moral

A ausência de critérios objetivos e o alto nível de discricionariedade conferidos ao magistrado na fixação judicial das indenizações trazem insegurança jurídica, lesando a isonomia de tratamento que deve ser dada a todos os cidadãos. O art. 223-G, da CLT, fixa teto mínimo e teto máximo na estimativa do *quantum* da reparação do dano moral, o que constitui medida válida para coibir abusos e excessos.

Nota-se que o balizamento de indenizações por dano moral não viola, mas concretiza o princípio da isonomia, uma vez que norteia a atuação jurisdicional e reduz potencialmente os graus de discrepância entre sentenças a solucionar casos semelhantes. A inexistência de quaisquer balizas para indenizações por dano moral provou-se completamente inviável, à medida que as discrepâncias se avolumaram na jurisprudência dos órgãos jurisdicionais do país.

Seja para quem paga, seja para quem recebe, a indenização por danos morais deve ser foco de significativa discussão, pois pode traduzir prejuízo irreparável e imprevisível. E exatamente por se tratar de discussão que merece atenção é que a

Fenavist solicitou ingresso na qualidade de *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6050, para que seja julgado CONSTITUCIONAL o art. 223-G, §1º, incisos I, II, III e IV da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, que limita os valores de danos morais em:

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.



Jurídico da Fenavist considera inconstitucional a Lei estadual nº 8.616/2019 (RJ) que prevê punições para as empresas e

exige a apresentação de documentação comprobatória de ausência de antecedentes criminais de vigilantes

A Lei nº 8.616/2019 determina que as empresas de segurança privada sediadas no estado do Rio de Janeiro apresentem, anualmente, documentação comprobatória de que seus dirigentes e funcionários que exercem a função de segurança não possuam antecedentes criminais registrados. O descumprimento da norma acarreta sanções, tais como advertência, multa, proibição temporária de funcionamento e cancelamento de registro.

Com arrimo na Constituição Federal (arts. 22, 24 e 144), é possível destacar que a União possui competência privativa para legislar sobre segurança privada (ainda que implicitamente), porquanto a regulamentação e o controle sobre tais atividades constituem condição essencial para a regular execução dos serviços de segurança pública. Dessa forma, a normatização e a fiscalização das empresas de prestação de serviços de segurança privada competem à Polícia Judiciária da União (Departamento de Polícia Federal), consoante o disposto nos artigos 16 da Lei nº 9.107/95 e 4º da Portaria DPF nº 992/95.

Quanto às penalidades impostas pela Lei nº 8.616/2019, verifica-se novamente que estas usurpam a competência da Polícia Federal, levando-se em consideração o fato de que esse Departamento é o único competente para proibir temporariamente o funcionamento, bem como para efetuar o cancelamento do registro das empresas que atuam no ramo da segurança privada (incisos III e IV, art. 4º, da Lei nº 8.616/2019).

Portanto, para o jurídico da Fenavist, a Lei nº 8.616/2019 se mostra inconstitucional, uma vez que deturpa a competência privativa da União para legislar sobre a segurança privada e sobre condições para o exercício de profissões, violando a Constituição Federal. De igual modo, é impor-

tante ressaltar que a mera existência de antecedentes criminais não constitui objeção ao exercício da profissão de vigilante, em atenção ao princípio constitucional da presunção de inocência e aos entendimentos dos Tribunais pátrios.



Lei nº 13.874/2019 – institui a declaração de direitos de liberdade econômica – garantias de livre mercado

A Lei nº 13.874/2019 institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias de livre mercado. O texto tem como objetivos recuperar a economia, garantir investimentos em educação e tecnologia, possibilitar a desestatização e resolver questões concretas acerca da segurança jurídica. A Lei da liberdade econômica libera pessoas físicas e empresas para desenvolverem negócios considerados de baixo risco. Estados, Distrito Federal e Municípios devem definir quais atividades econômicas poderão contar com a dispensa total de atos de liberação com licenças, autorizações, inscrições, registros ou alvarás.

Tal norma desburocratiza negócios em geral, cumprindo com um preceito constitucional nem sempre respeitado pelo Estado brasileiro: a livre iniciativa. Nesse sentido, a Resolução CGSIM 51/2019 regulamenta as atividades em que, de acordo com a lei, não precisarão mais de alvará de segurança sanitária e ambiental, bem como especifica as atividades e seus respectivos CNAEs (espécie de categorização das atividades econômicas em códigos) em que os alvarás serão dispensados.

A Lei nº 13.874/2019 é adequada, garante o livre mercado, impulsiona a economia estatal, estimula a geração de novos mercados, simplifica trâmites e desburocratiza procedimentos, de modo que a sua vigência certamente equalizará a estrutura financeira estatal.



Impasse das empresas de vigilância na contratação de menores aprendizes

A Lei nº 10.097/2000, que versa sobre o jovem aprendiz, dispõe que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e a matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem menores aprendizes em número mínimo equivalente a 5% e máximo de 15% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

A principal discussão hoje é sobre a base de cálculo da cota de aprendizes, para fins de preenchimento de vagas nas empresas de vigilância/segurança. Atualmente, os órgãos encarregados da fiscalização do cumprimento do percentual mínimo de menores aprendizes têm adotado como base de cálculo o número total de empregados, o que viola os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

A especificidade dos serviços prestados pelas empresas de vigilância exige de seus funcionários idade mínima, preparação prévia e aptidão física plena, verificável por meio de exames de saúde física, mental e psicotécnico. Isso se dá não apenas em virtude da qualidade do serviço a ser prestado, mas, principalmente, para a garantia da preservação da incolumidade física dos próprios funcionários/vigilantes e dos cidadãos em geral.

É notório que as empresas que atuam no ramo de segurança privada, de cursos de formação e de transporte de valores, desenvolvem atividades de risco e, de fato, em ambientes impróprios ao convívio de menores aprendizes. Com isso, a Fenavist está trabalhando para sugerir ao Congresso Nacional a elaboração de Projeto de Lei que altere as regras sobre a contratação de menores aprendizes, sobretudo para reduzir a idade máxima de 24 para 18 anos.



Fenavist ingressa como *amicus curiae* na ADI 6261 do partido solidariedade que pretende declarar inconstitucional o contrato verde e amarelo da mp 905/2019

A MP 905/2019 institui o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”, nova modalidade de contratação de trabalhadores destinada à criação de novos postos de trabalho para as pessoas entre 18 e 29 anos de idade, para fins de registro do primeiro emprego.

Os contratos vigorarão pelo prazo de 24 meses a partir de 2020 e o salário será limitado a um salário mínimo e meio nacional. O art. 6º permite, mediante acordo, que o empregador pague parceladamente o 13º salário e as férias proporcionais. A MP também permite que haja parcelamento da multa rescisória sobre o saldo do FGTS. O § 2º do art. 6º reduz a multa do FGTS de 40% para 20% no caso de trabalhadores contratados sob essa modalidade. Já o art. 7º reduz para 2% a alíquota do FGTS, que atualmente é de 8% para os demais casos. No que toca aos benefícios do empregador, a proposta isenta a contribuição previdenciária de 20% sobre o salário do empregado e as contribuições sociais destinadas ao Sistema S, desonerando a atividade produtiva.

Há dúvidas se a legislação aplica-se aos vigilantes, pelo fato de serem regidos por legislação específica, nos termos do art. 17 da MP. Não obstante isso, os demais postos de trabalho nas empresas – de atividade-meio – podem ser ocupados por previsões contidas na MP, gerando benefícios tributários.

Justamente por se tratar de debate que merece atenção é que a Fenavist solicitou ingresso na qualidade de *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6261, para que sejam declaradas CONSTITUCIONAIS as previsões contidas na MP 905/2019.

*CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Gabriela Branco e Juliana Costa Couto.



Com as constantes e reiteradas mudanças legislativas, inclusive por medidas provisórias. Como fica a segurança jurídica das empresas?

JULIANO COSTA COUTO, consultor jurídico da Fenavist.

A mudança de governo, com o encerramento de mais de uma década de governo PT, o mandato tampão de Michel Temer, seguido da posse do presidente Jair Bolsonaro, ensejou uma efetiva e contundente alteração nos rumos ideológicos do país.

A mesma guinada ocorreu no Parlamento brasileiro. Dos 513 deputados que tomaram posse em 2019, 244 são estreantes na Casa, o equivalente a 47,6% (quarenta e sete, vírgula seis por cento). O número de partidos ali representados, 30 (trinta), é o maior da história da Casa.

Com isso, há um verdadeiro afã em promover as mudanças que entendem necessárias, muitas de coloração ideológica, inclusive com ideias mais liberais, principalmente no campo da economia, desenvolvimento e olhos para o setor produtivo nacional.

O Estado brasileiro possui Três Poderes com atribuições constitucionais harmonicamente distintas, que compõem a União Federal. O Poder Legislativo possui a incumbência precípua de editar normas jurídicas, que podem ser Emendas Constitucionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções. O Poder Executivo dirige o funcionamento da administração federal e é exercido pelo presidente da República e o Poder Judiciário realiza a composição dos lití-

gios, tendo em vista o monopólio do Estado na solução dos conflitos que porventura surjam no território nacional.

Não obstante ser do parlamento a competência genérica para 'legislar', a Constituição Federal previu, tendo como inspiração a Constituição italiana, a possibilidade de o presidente da República adotar Medidas Provisórias, que são espécies normativas de natureza infraconstitucional, dotadas de força e eficácia legais, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Desde o início do Governo Bolsonaro, há 11 (onze) meses, já foram editadas diversas medidas provisórias. O site Congresso em Foco publicou, em artigo datado de 14/08/2019, que "O presidente Jair Bolsonaro já editou 23 medidas provisórias desde que tomou posse. Apenas três delas, contudo, viraram lei. Isso porque seis MPs já caducaram e outras 14 ainda aguardam a apreciação do Congresso Nacional".

Exemplo clássico de MP "polêmica" foi a MP 873, que visava impedir o desconto em folha salarial da contribuição sindical, que passaria a ser paga através de boleto bancário. O texto recebeu 513 emendas e dividiu os parlamentares porque foi visto como um ataque aos sindicatos. Por isso, caducou sem que a comissão instalada para apreciar a questão tivesse feito sequer uma única reunião.

“O desafio vem justamente da ‘adrenalina’ de saber se, futuramente, a MP editada será ou não aprovada pelo Congresso e ainda se o parlamento promoverá alguma alteração no seu texto.”

Com isso, tendo em vista que as MP's possuem força de lei pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias e, nesse prazo, estão aptas a, juridicamente, produzir seus efeitos nas relações que são por elas alcançadas, podemos nos encontrar em situação de risco jurídico, por seus efeitos temporários.

O desafio vem justamente da ‘adrenalina’ de saber se, futuramente, a MP editada será ou não aprovada pelo Congresso e ainda se o parlamento promoverá alguma alteração no seu texto. Essa hipótese tem gerado, inclusive, um aumento em ações judiciais que atacam MP's, a exemplo da enxurrada de liminares propostas e concedidas contra a já mencionada MP 873 que, depois, caducou e fez com que as ações ‘perdessem seu objeto’.

Mais recentemente tivemos a edição da MP 905, que cria o contrato ‘verde e amarelo’, que permite, entre outras coisas, que haja parcelamento da multa rescisória sobre o saldo do FGTS. Além disso, o § 2º do art. 6º reduz a multa do FGTS de 40% para 20% no caso de trabalhadores contratados sob essa modalidade. Já o art. 7º reduz para 2% a alíquota do FGTS, que atualmente é de 8% para os demais casos. No que toca aos benefícios do empregador, a proposta isenta a contribuição previdenciária de 20% sobre o salário do empregado e as contribuições sociais destinadas ao Sistema S.

Essas alterações, apesar dos debates sobre serem ou não aplicáveis à categoria dos vigilantes, por conta da previsão contida no art. 17 da MP, em que é vedada a contratação, sob a égide do contrato verde e amarelo, de trabalhadores submetidos à

legislação especial, como é o caso dos vigilantes, regidos pelas Leis nº 7.102/83 e nº 8.863/94. O mesmo vale para a redução do adicional de periculosidade, ao qual a MP impõe a alíquota de 5% (cinco por cento), mas a Lei nº 12.740/2012, a qual dispõe especificamente que para aqueles que trabalham em atividades ou operações perigosas haverá o direito ao adicional de periculosidade, cujo percentual é de 30% (trinta por cento). É importante registrar que as empresas de segurança poderão ser beneficiadas pelos preceitos do contrato ‘verde e amarelo’ para os demais cargos da empresa, da atividade-meio, como financeiro, RH, recepção etc., desde que a MP seja aprovada(!).

Assim, como dito, é fato que as Medidas Provisórias possuem uma carga inarredável de incertezas quanto à sua durabilidade e à resistência na apreciação legislativa pelo Congresso Nacional. Não obstante essa ‘precariedade’ jurídica, as Medidas Provisórias possuem força legal, desde sua edição, eficazmente produzindo efeitos até ulterior perda de sua vigência.

Diante desse quadro, devemos todos, empresários, contabilistas e advogados agir com cautela quanto ao período em que essa está em vigor mas ainda não virou lei, visto que é obscura a disciplina das relações surgidas sob o pálio dessa espécie normativa enquanto não convertida em lei, sem falar no sinuoso processo legislativo necessariamente enfrentado no Congresso Nacional, tudo para evitar prejuízos indevidos, multas, reclamações trabalhistas e até mesmo autos de infração. A advocacia consultiva e preventiva ganha especial relevância para auxiliar em tais avaliações. Consultem seus advogados.



Fotos: Sílvia Simões

Sindesp-GO e Seac-GO comemoram décadas de **lutas** e **conquistas**

Em comemoração aos 30 anos do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Transporte de Valores e de Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO) e 40 anos do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (Seac-GO), o dia 5 de dezembro de 2019, vivido na capital goiana, reafirmou o papel socioeconômico que essas entidades sindicais representam para a história dos segmentos no cenário nacional.

Os eventos comemorativos reuniram empresários e líderes sindicais de todo o país na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e na sede própria dos Sindicatos, na capital goiana, com a reinauguração da Galeria de Presidentes e realização da Assembleia Geral Extraordinária conjunta da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Asseio e Conservação (Febrac), com a participação dos respectivos presidentes Jeferson Furlan Nazário e Renato Fortuna Campos, além do

presidente da Federação Mundial de Segurança (FMS), Jerfferson Simões.

As homenagens começaram às 8h30 da manhã, em sessão especial, na Assembleia Legislativa, numa iniciativa do deputado estadual delegado Eduardo Prado, em reconhecimento ao importante papel socioeconômico que as empresas dos setores detêm no estado. Participaram da mesa o deputado Eduardo Prado, os presidentes do Sindesp-GO, Ivan Hermano Filho, e do Seac-GO, Edgar Segato Neto, além dos presidentes da Fenavist e Febrac.

Durante a sessão especial, foram agraciados com a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, a maior honraria concedida pelo Poder Legislativo goiano, os presidentes Ivan Hermano Filho (Sindesp-GO) e Edgar Segato Neto (Seac-GO). Também receberam o Certificado de Honra ao Mérito Legislativo diversas lideranças sindicais, que fazem parte da história dos sindicatos, e empresários dos setores, entre eles, Lélvio Vieira Carneiro, um dos fundadores e ex-presidente dos Sindicatos goianos e da Fenavist (1992-1997).

Ao parabenizar os homenageados, o deputado Eduardo Prado garantiu apoio aos sindicatos para, assim, contribuir com o fortalecimento da representatividade das entidades. “Serei representante das causas do Sindicato nesta Casa e nos demais poderes”, principalmente perante a Secretaria de Segurança Pública de Goiás para ações de proteção e de parcerias pretendidas pelo Sindesp-GO.

O presidente do Sindesp-GO agradeceu a homenagem, dedicando-a também aos que o antecederam no cargo, e reafirmou seu compromisso e do Sindicato, inclusive, com a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que tramita no Congresso Nacional há mais de 10 anos. “O Sindesp fez e ainda fará muito mais com nossa união. Parabéns a todos que contribuíram pela união de nosso segmento”, destacou Ivan Hermano Filho.

Reafirmando os valores defendidos pela entidade, o presidente do Seac-GO destacou a parceria com os trabalhadores, que proporciona benefícios para toda a sociedade. “Seguimos pelos valores de probidade, respeito, lealdade, parceria e primamos pela transparência e modernização. É um orgulho representar o Seac-Goiás, um sindicato modelo, que vem projetando nosso estado no cenário nacional”, reafirmou Edgar Segato Neto.

Ao longo do dia, os empresários e líderes sindicais dos segmentos representados participaram de importantes momentos, como a reinauguração da Galeria de Presidentes, com homenagens aos empresários Lélvio Vieira Carneiro, Reinaldo Garcia dos Santos e Sebastião Divino de Souza, fundadores das entidades goianas.

À noite, os convidados se reuniram para o jantar de encerramento, no salão de festas do Sesc Façalville, em Goiânia (GO), com entrega de homenagens a autoridades, empresários e líderes sindicais de notoriedade nacional.

“Seguimos pelos valores de probidade, respeito, lealdade, parceria e primamos pela transparência e modernização. É um orgulho representar o Seac-Goiás, um sindicato modelo, que vem projetando nosso estado no cenário nacional”



Reinauguração da Galeria de Presidentes



Sessão em homenagem ao Sindesp-GO e ao SEAC-GO



Amilto José do Pilar

Presidente SINDESV-MS

“O cenário da Segurança Privada vem enfrentando tribulações, precisamos ter cautela”, esse é o pensamento do empresário Amilto José do Pilar, que começou sua trajetória de vida sendo persistente.

O empresário, sócio-proprietário da Empresa STILO – Segurança Ltda. e presidente do SINDESV/MS, conta que venceu as dificuldades com muita dedicação e trabalho, e suas metas alcançou-as aos poucos.

Nascido em Quilombo-SC, no ano de 1967, filho de agricultores, casou-se aos 21 anos com sua companheira Cleria Ivone Backes do Pilar, que lhe proporcionou a felicidade de ter três filhos, Rogério Leandro, Adriano Regis e Alex Junior, estando sempre presentes e o apoiando em todas as suas decisões. Trabalhou na lavoura até seus 25 anos, almejava mudar de vida e, em 1994 resolveu arriscar a sorte no Mato Grosso do Sul. Nesse estado, com nova visão e muita esperança, não mediu esforços. A princípio trabalhou em fazendas, depois como açougueiro, e, em 1998 resolveu fazer o curso de vigilante, em cuja profissão trabalhou por três anos. Após isso, vislumbrou a possibilidade de prosperidade no segmento da área de segurança privada, o que se concretizou posteriormente.

No ano de 2002 o empresário comprou uma Kombi e abriu uma empresa de prestação de serviços, voltada para transporte de trabalhadores rurais. Porém, com a experiência de ter trabalhado como vigilante, aventurou-se na área de segurança, mas, como tudo era precário e difícil, e sem muito conhecimento dos trâmites legais para o funcio-

namento de uma empresa de segurança privada, passou a exercer atividade empresarial de forma irregular, tendo como consequência fiscalização por parte da Polícia Federal. A partir desse momento, buscou conhecimento das normas legais e tomou a decisão de comprar parte da empresa Stilo Segurança, constituída e autorizada há menos de um ano com apenas 8 funcionários, vigilantes, e passou a investir no segmento. A empresa STILO atualmente é constituída por dois sócios, Amilto, com 52,5%, e Marcelo Schmidt, com 47,5%.

Na perspectiva de trabalhar como empresa terceirizada, Amilto poderia possibilitar um crescimento não só a ele e a sua família, mas a diversas famílias, com geração de empregos. Desse modo, com ética, regularização e transparência, a empresa, com muito trabalho e dedicação, durante anos veio se aprimorando e agregando credibilidade de seus tomadores de serviço. A empresa conta com uma equipe de colaboradores qualificados, com visão humanista, voltada para a valorização do Capital Humano, responsabilidade social e sustentabilidade.

O empresário considera o cliente uma extensão de sua empresa e presta o serviço com proteção diferenciada, estando atento, com pensamento voltado de forma global para atender a suas necessidades de forma regional.

A empresa é administrada com princípios e valores familiares, com um ótimo relacionamento entre seus clientes, parceiros e colaboradores. Os três filhos do empresário Amilto trabalham na empresa, exercendo os cargos de gerente operacional, gerente comercial e técnico em informática, agregando valores, conforme suas qualificações e experiências, pois a união da família é o fermento do crescimento para prosperar. Todos os colaboradores são peças-chave de uma engrenagem, tratados com respeito e dignidade.

Em 2014, o empresário filiou-se ao Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores do Estado do Mato Grosso do Sul (SINDESV/MS), pois, em seu conhecimento no âmbito empresarial, a Entidade Sindical é uma instituição que visa melhorias e fortalecimento do setor. Quando o empresário luta por uma causa sozinho, muitas vezes é ignorado, mas, quando está sendo representado por uma instituição séria, faz toda a diferença. Em 2016 surgiu o convite para concorrer à eleição para presidente do Sindicato. Amilto aceitou o desafio e, juntamente com o apoio dos demais empresários, tornou-se presidente do SINDESV-MS, com mandato até 22/3/2022. A administração é gerida por uma diretoria participativa, de forma democrática, e os requisitos e disposições que abrangem o segmento são decididos por meio do voto dos associados.

O empresário também faz parte do quadro de diretoria da Fenavist, ativamente presente nas assembleias, pois a Federação está sempre colaborando com o Sindicato e com o fortalecimento do setor, por meio de Leis, Normas e Decretos, entre tantos outros serviços prestados, como a batalha que vem enfrentando para a regularização do Estatuto da Segurança Privada.

“Temos um bom relacionamento de parceria com a Polícia Federal, trabalhamos em prol da regularização da nossa atividade, sempre contra a clandestinidade, que coloca em risco tanto o contratante quanto a população; com as denúncias

de irregularidade e o amparo da polícia federal, lutamos para acabar com esse miasma da clandestinidade”, afirma Amilto.

O empresário lembra que estamos vivendo novos tempos, o que exige inovações em tudo, inclusive em métodos de trabalho, voltados para proteção patrimonial, hoje não mais se faz segurança apenas com o vigilante patrimonial. “Temos vários sistemas e novas tecnologias que agregam para o melhoramento do setor, precisamos estar atualizados, estabelecer novas gestões, com resultados para os clientes, parceiros e colaboradores. A política do nosso país está mudando, o Brasil está se equilibrando e, em 2020, temos expectativa de uma economia mais fortalecida, com a reforma trabalhista, previdenciária, e, entre tantas outras melhorias, abre-se um leque de oportunidades”, explica.

Amilto é um empresário que almeja sempre o aprendizado, por mais bem-sucedido que tenha se tornado, e suas metas terem sido alcançadas, não perdeu a essência de sua simplicidade, continua a mesma pessoa, sempre em prol de instruir-se com tudo o que lhe cerca, é um homem de poucas palavras, porém é um observador nato, pois ouvir lhe proporciona mais conhecimento, pois, “juntos somos fortes e unidos somos invencíveis”.



Fenavist fecha parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Troca de informações tornará os estudos desenvolvidos pelas duas entidades ainda mais importantes

Informações precisas são fundamentais para qualquer governo ou empresa. Há quinze anos a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) iniciou a publicação do Estudo do Setor da Segurança Privada (ESSEG). Nas seis edições já produzidas, a busca por dados precisos foi o principal objetivo. O material se tornou fundamental para o planejamento estratégico das empresas que atuam no segmento. Imprensa e acadêmicos também encontram no ESSEG uma fonte de informações.

Na segurança pública, esse papel tem sido desenvolvido com profissionalismo pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O Atlas da Violência e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública apresentam um raio-x completo da violência no Brasil. As informações contidas neles servem de base para estudos que impactam diretamente as políticas públicas. Os dados também evidenciam para as empresas quais crimes merecem maior atenção.

A análise das informações dos dados tanto do ESSEG quanto do Atlas e do Anuário deixam clara a necessidade de uma integração maior entre a segurança pública e a privada. Pelo menos na questão da divulgação dessas informações, esse trabalho conjunto está mais forte.

A Fenavist e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública fecharam uma parceria. As duas entidades vão compartilhar informações, o que tornará os estudos produzidos pelas entidades mais precisos.

Mapa da Violência no Brasil

De acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, mais de 57 mil pes-



soas foram mortas de forma intencional e violenta em todo o Brasil. O número representa uma queda de quase 11% se comparado a 2017. Um em cada quatro assassinatos ocorreu nas capitais.

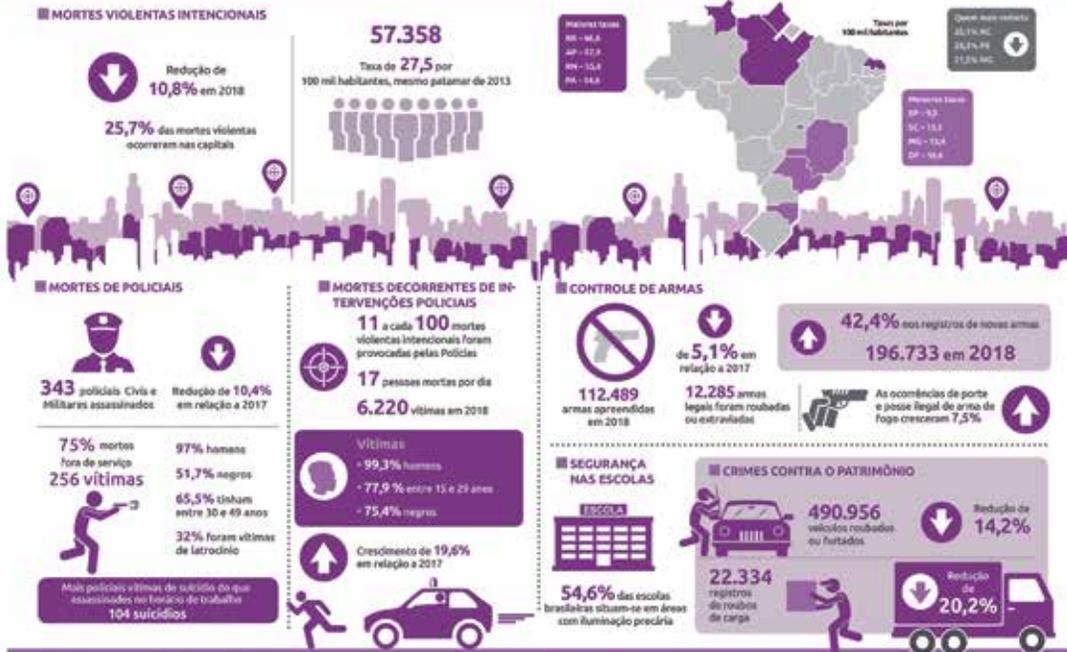
Em relação aos crimes contra o patrimônio, tem-se 490 mil veículos roubados ou furtados, o que representa uma diminuição de 14% dos casos de 2017. Registraram-se mais de 22 mil roubos de cargas, mesmo com uma queda de 20% se comparados a 2017.

Cento e doze mil armas foram apreendidas em 2018. Houve quase 200 mil novos registros. E 12.285 mil armas legais foram roubadas ou extraviadas.

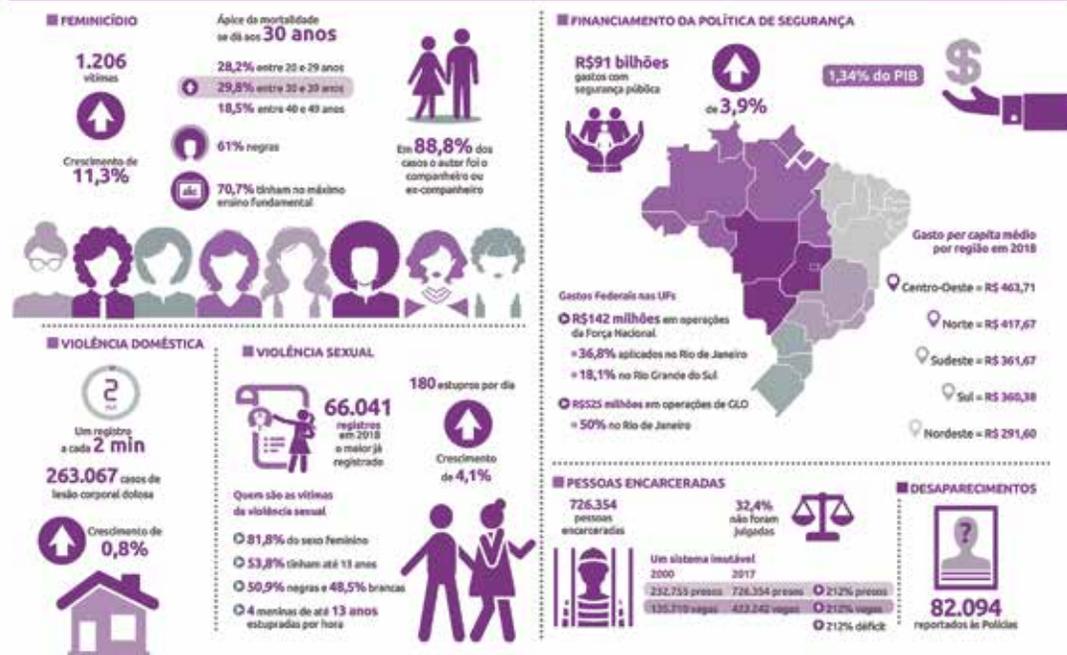
Ao todo, são 726.354 mil pessoas presas no Brasil, mas 32,4% delas não foram julgadas ainda.

Além disso, houve um aumento de 3,9% nos gastos com segurança pública, o que representou um investimento de R\$ 91 bilhões de reais.

Violência em Números 2019



Violência em Números 2019





Presidente da Fenavist participa de debate com o ministro da Justiça, Sérgio Moro

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Va-

lores (Fenavist) e diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Jeferson Nazário, participou da 6ª e última edição em 2019 da série de debates E Agora, Brasil?, promovida pelos jornais O Globo e Valor Econômico, com o patrocínio da CNC. O ministro da Justiça, Sérgio Moro, foi o convidado da vez. O encontro se deu no dia 4 de dezembro, em Brasília, e Moro fez uma análise das ações do governo na área de segurança pública e na busca de um ambiente que garanta mais segurança jurídica para as empresas.

O ministro falou para um público formado por jornalistas, empresários e profissionais de diversas áreas. Sobre medidas que garantam um ambiente de maior segurança jurídica, Moro disse que um caminho a ser seguido é trabalhar para a diminuição dos conflitos e oferecer uma resolução de forma mais rápida e eficaz. “Hoje em dia as pessoas querem resolver seus problemas de casa, por meio da internet, de seus celulares, e nós temos que estar preparados para essas demandas da sociedade, de resolução desses problemas mais rapidamente”, disse o ministro.

Moro também comentou o impacto das políticas de segurança na economia do país. “O trabalho realizado na segurança pública, com a redução de crimes como o roubo de cargas e a instituições

financeiras, também contribui para a retomada do crescimento econômico. Afinal, o que se gasta em segurança privada no País é um custo incorporado no comércio de serviços e produtos”, disse o ministro.

Fenavist discute integração com secretário nacional de Segurança Privada

No dia 4 de dezembro, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, se reuniu com o secretário nacional de Segurança Pública, general Guilherme Gaspar de Oliveira. A pauta foi a ampliação do trabalho integrado entre as seguranças pública e privada.

No encontro, que também contou com a presença da superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, e da assessora jurídica da Federação, Soraya Cardoso, um dos principais assuntos discutidos foi um projeto-piloto que será implantado em Goiânia. A Polícia Militar e Polícia Federal irão compor a malha fiscalizadora do projeto.

A ideia é permitir que a segurança privada colabore com a sociedade, como já ocorre em países desenvolvidos.



Presidente da Fenavist participa de homenagem à CNC

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi homenageada, no dia



27 de novembro, durante sessão solene na Câmara dos Deputados, pelos 74 anos de atuação pelo crescimento do Brasil. O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de

Valores, Jeferson Nazário, que também é diretor da CNC, participou da sessão.

Com a galeria repleta de alunos do Sesc e do Senac e o plenário prestigiado por presidentes de federações do comércio dos estados, de federações nacionais e parlamentares de todo o País, o presidente José Roberto Tadros exaltou o trabalho realizado pelo Sistema Comércio em favor do Brasil, em busca de um ambiente de negócios adequado ao desenvolvimento, não apenas do setor terciário, mas da economia do país. E destacou as atividades do Senac, na educação profissional e tecnológica; e do Sesc, nacionalmente firmado como agente de transformação social por meio de programas de educação, assistência, saúde, cultura e esportes.

Ao agradecer a homenagem, o presidente enfatizou que a CNC tem sido um suporte às bandeiras fundamentais para a sociedade, como o direito de propriedade, a livre iniciativa e o livre comércio, a economia de mercado, o Estado Democrático de Direito e as liberdades individuais e coletivas.

(Com informações da CNC)

Jurídicos dos sindicatos de Segurança e Limpeza e Conservação se reuniram em Brasília

Assessores jurídicos dos sindicatos filiados à Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e à Federação Nacional

das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) se reuniram em Brasília no último dia 24 de setembro. Esse segundo encontro do ano para debater assuntos de interesse comum das duas categorias recebeu advogados de todo o país.

Entre os principais assuntos abordados está a análise feita pelo consultor jurídico da Fenavist, Hélio Gomes, e pela assessora jurídica da Febrac, Lirian Cavalheiro, das convenções coletivas de segurança privada, asseio e conservação homologadas em 2019.

O grupo também discutiu decisões judiciais e ações diretas de inconstitucionalidade contra a reforma trabalhista; a reforma tributária; e a Lei da Liberdade Econômica, sancionada recentemente pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

Fenavist intensifica uso de redes sociais para manter segmento informado

Ao longo de 2019, a entidade intensificou o uso das redes sociais, de maneira que isso torne o contato ainda melhor. Assim, os seguidores dos canais de comunicação da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) têm acesso a conteúdo exclusivo, informações certeiras e análises precisas.

Um dos destaques foi a criação do programa Informação Segura. Com vídeos curtos, mas com informações fundamentais, a equipe de colaboradores e consultores da Fenavist apresenta temas de grande relevância para o segmento. E o melhor de tudo, é de graça.

Não deixe de acessar as redes sociais da Federação. Siga, compartilhe, comente. Essa interação é fundamental para o diálogo e a melhoria dos serviços prestados pela entidade.



Sindesp-MG promove palestra sobre a Lei Geral de Proteção de Dados

No dia 20 de novembro, o Sindesp-MG, em parceria com a Fenavist, movimentou um considerável grupo de representantes das empresas de segurança para a palestra “Lei Geral de Proteção de Dados”.

Ministrada pelo advogado especialista no assunto, Giordano Adjuto, a apresentação teve como principal finalidade a discussão sobre coleta, tratamento e segurança de informações pessoais.

Prevista para vigorar a partir de agosto de 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709 estipula multa de até R\$ 50 milhões para empresas que repassarem a terceiros informações e dados sensíveis de pessoas físicas.

Na oportunidade, a empresa BootMinas, nova parceira do Projeto Fenavist Negócios, participou do evento apresentando produtos e condições especiais para as empresas de segurança.

Sindesp-PE contribui para a qualificação e mudança de cultura das empresas do segmento de segurança e transporte de valores

Profissionalizar o modelo de gestão, aumentar a produtividade e, conseqüentemente, levar as empresas a atingirem os seus objetivos e metas passa obrigatoriamente por um forte processo de mudança da cultura de gestão e pelo investimento em desenvolvimento do capital humano em todos os níveis hierárquicos, operacionais, táticos ou estratégicos. Com esse propósito, o SINDESP-PE começou a oferecer, a partir de 2010, gratuitamente, um Programa de Atualização Profissional às empresas associadas, composto de cursos nas diversas áreas operacionais, administrativas e estratégicas, tendo como palestrantes professores de todo o Brasil com larga experiência na área.

Dentro dessa perspectiva, mensalmente são oferecidos gratuitamente aos associados cursos em diversos temas, como: Qualidade e Produtividade, Oratória, Planilha de Custo, Gestão de Risco na Área de Segurança, Supervisão de Segurança, Controle de Armas na Segurança Privada, Atendimento de Alta Performance, Gestão e Planejamento Estratégico do Tempo, Gestão por Competência, Reforma Trabalhista, eSocial, Liderança, entre muitos outros.

Sindesp-PR atua para aprovação da Lei das Guaritas

No Paraná, a atuação do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR) foi marcada, principalmente, pela aprovação do projeto de lei que regulamenta a instalação de guaritas particulares nas calçadas de Curitiba. O Sindesp-PR participou, ativamente, da melhoria do texto e sugeriu ao vereador Mauro Ignácio, mentor da proposta, que as empresas estejam autorizadas a funcionar pela Polícia Federal. O projeto aguarda a sanção do prefeito Rafael Greca (PMN).

Assessora Jurídica do Sindesp-PR é homenageada

A assessora jurídica do Sindesp-PR, Tatiane Dionízio, foi homenageada durante a última reunião do Conselho de Segurança da Associação Comercial do Paraná (Conseg ACP). A executiva do SINDESP-PR, Adriana Wollinger, esteve presente nessa reunião. O encontro marcou o encerramento da gestão 2018-2019 da diretoria.

Sindesp-SC lança Ebook sobre Segurança Privada

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Santa Catarina (Sindesp-SC), em parceria com o Instituto Catarinense de Educação Profissional (ICAEPS), lançou o primeiro Ebook promovido integralmente pelo sindicato. O livro virtual tem como destaque um grande estudo do cenário de segurança privada em Santa Catarina e no país.

Joneval Almeida, diretor das Escolas de Formação do Sindesp-SC, é o autor da obra e o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger, assina o prefácio. Professor e especialista na área de segurança privada, Joneval Almeida foi o responsável por conceber e apresentar o projeto que conta com mais de 200 páginas de conteúdo específico.

“Esta obra servirá de base para empresários de todo o país. O setor passa a contar com um documento recheado de números e informações relevantes que fortalecerão significativamente a argumentação sobre as novas possibilidades de nichos de mercado na área, especialmente nas parcerias público-privadas”, destaca o presidente Dilmo Berger.

O livro inicia com uma retrospectiva histórica, até os tempos atuais, passando pelas leis que regem o setor e as atividades desenvolvidas pelas empresas. Também são apresentadas as principais perspectivas do segmento para a próxima década, diante da evolução das tecnologias e retomada da economia nacional. A ideia é mostrar a relevância do setor privado para o sistema de segurança e demonstrar os benefícios da integração entre público e privado.

O Ebook está disponível gratuitamente a todos os interessados nos sites do Sindesp-SC e ICAEPS e pode ser lido de forma prática em tablets, notebooks, smartphones e leitores de livros digitais, como o Kindle.

SEMEESP

Endereço: R. Bernardino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br
Presidente: Autair Iuga

SESVESP

Endereço: R. Bernardino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
Presidente: João Eliezer Palhuca

SINDESP/AC

Endereço: Rua 6 de Agosto Lj. 1 nº 853 - Centro Rio Branco-AC, CEP 69901-000
Telefone: (68) 3223-9672
E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
Presidente: Carlos Eduardo Lobato Frota

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, SI 305 - Centro - Pça. Palmares
Maceió-AL, CEP: 57020-140
Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindesp-albr@ig.com.br
Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro,
Manaus-AM, CEP: 69057-060
Telefone: (92) 3613-1213
E-mail: sindespam@sindespam.com.br
Presidente: José Pacheco Ferreira

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615,
nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
Telefone: (96) 2101-3308
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - SI
421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
Telefone: (71) 3450-0411/0563
E-mail: sindespba@terra.com.br
Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 SI 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP:
60160-150
Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Urubatan Estevam Romero

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
Telefone: (61) 3233-9922/8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES,
CEP: 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindespadm@terra.com.br
Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15
Pq Amazônia - Goiânia-GO,
CEP: 74835-210
Telefone: (62) 3218-5946/5174
E-mail: sindespgoias@uol.com.br
Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa -
São Luís-MA
CEP: 65020-251
Telefone: (98) 3221-4557
E-mail: sindespma@bol.com.br
Presidente: Domingos Alcântara Gomes

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 2000, Torre 1 - Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-
MG,
CEP: 30441-194
Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center SI 2/3
- Centro Sul -
Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
Telefone: (65) 3027-6607/3607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower -
Guamá - Belém-PA,
CEP: 66073-000
Telefone: (91) 3246-3436
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João
Pessoa-PB, CEP: 58013-000
Telefone: (83) 3241-6466/6489
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant.
Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE,
CEP: 52020-000
Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Endereço: Av. Barão de Castelo Branco, nº 3319 B. Monte Castelo Teresina-PI,
CEP: 64016-850
Telefone: (86) 2106-0924/0900
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 - Parolin - Curitiba-PR,
CEP: 80220-290
Telefone: (41) 3233-6880
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP:
20261-240
Telefone: (21) 2293-4354
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N.
Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN
CEP: 59078-400
Telefone: (84) 3217-0476
E-mail: sindesprn@hotmail.com
Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO
 CEP: 76828-870
 Telefone: (69) 3229-0315
 E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
 Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS
 CEP: 90150-004
 Telefone: (51) 3233-7172/9744
 E-mail: sindesprs@sindesp.com.br
 Presidente: Sílvio Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226
 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
 Telefone: (48) 3223-1678/1393
 E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
 Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
 Telefone: (79) 3231-5971
 E-mail: sindesp-se@infonet.com.br
 Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO,
 CEP: 77020-476
 Telefone: (63) 3213-2288/3214-6593
 E-mail: sindespto@uol.com.br
 Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jockey Club, Campo Grande-MS,
 CEP: 79.080-450
 Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
 E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
 Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro
 Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
 Telefone: (54) 3268-6555
 E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
 Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, nº 1171 sala 08B - Centro
 Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
 Telefone: (95) 3198-2203
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



Invista no sorriso dos seus colaboradores

Plano odontológico com cobertura acima do Rol mínimo (ANS) e atendimento Nacional



Rede Credenciada em todo Brasil



Sem carência
 Tratamento iniciado na 1ª consulta



Pronto-Socorro 24 horas.



Carteirinha online APP Prodent

Plano Totality Plus com 294 procedimentos

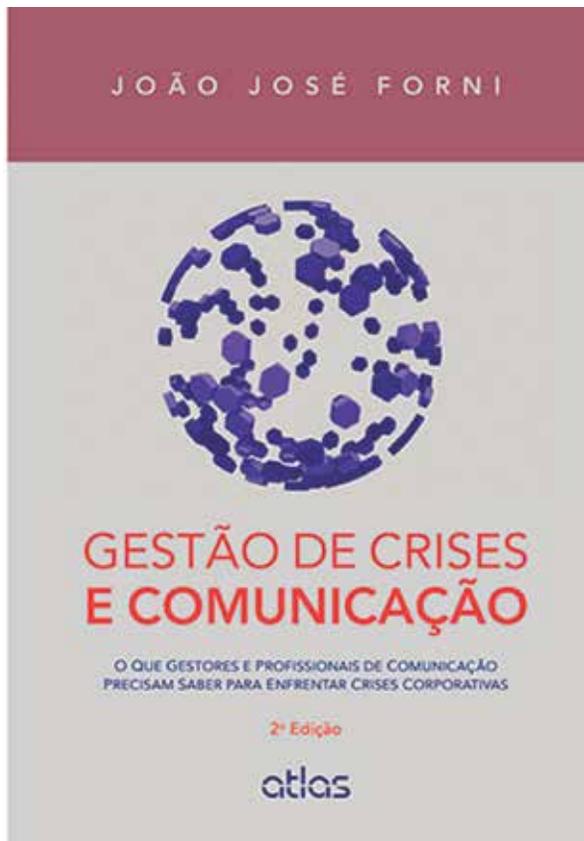
CLÍNICA GERAL ▪ DENTÍSTICA (RESTAURAÇÕES) ▪ PERIODONTIA (GENGIVAS)
 ENDODONTIA (CANAIS) ▪ PRÓTESE (RN 211/2010) ▪ CIRURGIA ORAL MENOR
 RADIOLOGIA (RX) ▪ ODONTOPEDIATRIA ▪ APARELHO ORTODÔNTICO*

*EXCETO MANUTENÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ORTODÔNTICA

Solicite sua proposta

comercial@prodent.com.br | (11) 3017-6080





GESTÃO DE CRISES E COMUNICAÇÃO

A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro *Gestão de Crises e Comunicação*, de João José Forni, publicado pela Editora Atlas. O tema tratado nesse livro é essencial na bibliografia de administração, gestão e comunicação corporativa. Executivos, autoridades públicas, empresários, gerentes, gestores de governo e de estruturas de segurança encontrarão informações e análises relevantes sobre modos de evitar e driblar as crises, tema cada vez mais frequente no ambiente empresarial, político e público. Como diz o autor do prefácio, Miguel Jorge, é uma obra necessária. É também dos mais consistentes livros de gestão de crises produzidos no Brasil. João José Forni é um autor com larga experiência em gestão e comunicação corporativa. Há mais de dez anos se concentra em acompanhar e estudar a maioria das grandes crises corporativas ocorridas no Brasil e no mundo e percorre o Brasil ministrando cursos e palestras sobre o assunto. No livro, consegue reunir a prática exercida na área pública e privada, com um denso e minucioso levantamento bibliográfico de centenas de obras publicadas e entrevistas, no Brasil e no exterior. Atualizada com análises das últimas grandes crises corporativas do mundo, essa é uma obra obrigatória para quem se preocupa com resultados e o futuro das organizações. Um livro completo para ser lido e debatido no ambiente profissional por executivos das empresas privadas, pelos gestores públicos e comunicadores. “Diretores e executivos de segurança precisam estar preparados para enfrentar situações de crise e reconduzir a organização ao equilíbrio!” Boa leitura!

Saiba mais, acesse:

www.bibliotecadeseguranca.com.br



15 ANOS NO BRASIL



NOVA YORK - EUA



LAS VEGAS - EUA



CIDADE DO MÉXICO - MÉXICO

30.JUN | 20
02.JUL | 20

EXPO CENTER NORTE
SÃO PAULO - SP



FEIRA INTERNACIONAL DE
SOLUÇÕES INTEGRADAS
DE SEGURANÇA

O principal ponto de encontro e plataforma de negócios para todos
os tipos de soluções de segurança integrada.

ELETRÔNICA • PRIVADA E PATRIMONIAL • PÚBLICA

TRAGA SUA MARCA
PARA A ISC BRASIL

11 3060.4892
comercial@iscbrasil.com.br

iscbrasil.com.br

Evento Paralelo:

infosecurity®
BRASIL

f /iscbrasil

in /isc-brasil

Apoio Oficial:



Organização e Promoção:





ALÍPIO JOSÉ DE MELO CASTELO BRANCO

Renovação na atividade sindical

Próximo de completar 20 anos de atuação no segmento de segurança privada, o empresário Alipio José de Melo Castelo Branco já é um dos profissionais mais reconhecidos da atividade no Piauí e na região Nordeste. Sua chegada ao setor ocorreu de forma orgânica, natural. “Trabalhava na segurança pública e atuava constantemente como consultor de segurança para empresas e pessoas próximas, além da convivência com o tiro esportivo, que determinou a criação da primeira empresa do grupo de segurança: a cet-seg cursos, uma empresa voltada para o ramo de treinamento, formação e atualização profissional de vigilantes”, explica.

Há cinco anos, Alipio deu mais um passo importante na carreira. Tornou-se diretor sindical, “para contribuir com o segmento no estado do Piauí, pois ações contra a clandestinidade eram inexistentes”, conta. Desde então, foi vice-presidente do Sindesp-PI. E, a partir de 2015, assumiu a presidência da entidade.

O empresário acredita que, no momento, a segurança privada passa por uma atualização tecnológica e metodológica. Por isso, o futuro das empresas está diretamente ligado à aprovação do Estatuto da Segurança Privada. “Tenho confiança no futuro da segurança privada atuando em parceria com as forças de segurança pública em prol dos empresários e da sociedade”, conclui Alipio.



ADRIANA WOLLINGER

Caminhada Sólida

Adriana Wollinger é formada em Administração com ênfase em Comércio Exterior. Ingressou no segmento de segurança privada em 2006, quando foi contratada para exercer a função de auxiliar administrativa no Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná. Com determinação, ao longo dos anos recebeu diversas promoções, até assumir o cargo de executiva.

Assim como evoluiu profissionalmente, Adriana acredita que o segmento possa seguir o mesmo caminho. “Eu acredito muito no futuro da Segurança Privada, é um setor que promete evoluir muito ao longo do tempo.” A executiva é firme em apontar a troca de informações como combustível para o crescimento da atividade.

“Durante os 13 anos em que atuo no segmento, tive a oportunidade de conhecer várias pessoas, promovendo eventos nacionais e, também, participando de muitos deles, como o GEASSEG. Pela troca de informações entre os executivos durante o evento, eu pude implementar algumas coisas no Sindesp-PR e levar ideias para outros Sindicatos de diversos estados do país.”

Adriana Wollinger também ressalta a importância dos executivos dos sindicatos, a quem ela chama de “coração” das entidades. E defende a atividade sindical. “É importante para a defesa dos direitos das partes envolvidas na atividade econômica, tanto empreendedores quanto trabalhadores.”

A administradora aposta em um futuro promissor. “Claro que virão muitos desafios ainda, mas acredito que esse é um setor em que aqueles que estão trabalhando duro vão colher bons resultados.”



JANEIRO

- 27: Reunião Semestral com parceiros e Diretoria INASEP - 14h / Brasília-DF
- 28: Reunião de Diretoria da Fenavist - 10h / Brasília-DF

FEVEREIRO

- 11: Reunião do Conselho Gestor da Fenavist - 9h30 / Brasília-DF
- 22 a 29: Missão Empresarial / Portugal e Espanha

MARÇO

- 18: Reunião de Diretoria da Fenavist - 10h / Salvador-BA
- 18 a 21: XXXVII Geasseg / Salvador-BA

ABRIL

- 14: Fórum Jurídico Fenavist e Febrac - 10h às 18h / Brasília-DF
- 28: Reunião do Conselho Gestor da Fenavist - 9h30 / Brasília-DF

MAIO

- 13 a 18: Eneac / Recife-PE
- 14: Reunião de Diretoria da Fenavist e AGO - 14h30 às 17h30 / Recife-PE

JUNHO

- 09: Reunião do Conselho Gestor da Fenavist - 9h30 / Brasília-DF
- 30/06 a 02/07: ISC Brasil 2020 / São Paulo-SP

JULHO

- 01: Reunião Semestral com parceiros Fenavist Negócios - 9h30 / São Paulo-SP

AGOSTO

- 18: Reunião de Diretoria da Fenavist - 10h / Brasília-DF

SETEMBRO

- 15: Reunião de Diretoria da Fenavist - 10h / Brasília-DF
- Data a Confirmar: XXXVIII Geasseg / Natal-RN

OUTUBRO

- 06: Fórum Jurídico Fenavist e Febrac - 10h às 18h / Brasília-DF
- 20: Reunião do Conselho Gestor da Fenavist - 9h30 / Brasília-DF

NOVEMBRO

- 23: Reunião Semestral com parceiros Fenavist Negócios - 14h30 / Brasília-DF
- 24: Reunião de Diretoria da Fenavist e AGO - 9h30 / Brasília-DF
- Jantar de Final de Ano da Fenavist - 20h / Brasília-DF



Fenavist
Negócios

Venha fazer parte desse grande projeto

#juntossomosmaisfortes

Saiba mais



www.fenavist.org.br/negocios
negocios@fenavist.org.br
61 3327-5440



[instagram.com/fenavistnegocios](https://www.instagram.com/fenavistnegocios)
[facebook.com/fenavistnegocios](https://www.facebook.com/fenavistnegocios)